

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

PAULO VICTOR SOUSA PINTO

**SOBREVIVÊNCIA POLICIAL: Análise do perfil técnico e procedimental dos
policiais militares do Maranhão em ocorrências de combate velado**

**São Luís
2020**

PAULO VICTOR SOUSA PINTO

SOBREVIVÊNCIA POLICIAL: Análise do perfil técnico e procedimental dos policiais militares do Maranhão em ocorrências de combate velado

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Formação de Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: MAJ QOPM Onildo Osmar Sampaio Junior.

São Luís
2020

PAULO VICTOR SOUSA PINTO

SOBREVIVÊNCIA POLICIAL: Análise do perfil técnico e procedimental dos policiais militares do Maranhão em ocorrências de combate velado

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Formação de Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: MAJ QOPM Onildo Osmar Sampaio Junior.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

MAJ QOPM Onildo Osmar Sampaio Junior
Orientador

1º Examinador

2º Examinador

À Deus e aos meus queridos pais Ana Lourdes e Célio Júlio por todo apoio e força nessa caminhada tão árdua. Sem vocês, nada teria acontecido. Gratidão!!!

AGRADECIMENTOS

Acredito que tudo na vida tem seu tempo e que nenhuma folha cai da árvore sem que seja hora dela cair. O tempo de Deus é perfeito e foram muitos, os que me ajudaram a concluir este trabalho. Nada vem fácil nessa vida, o que conquistamos a partir das batalhas diárias é mérito nosso, independentemente de quem seja, mas sim da estrela, personalidade e caráter de cada um.

Meus sinceros agradecimentos primeiramente a Deus, pois, sem sua ajuda, nada teria sido possível.

A minha querida e amável mãe Ana Lourdes e ao pai Célio Júlio pelos ensinamentos e por sempre me apoiarem e investirem tudo para que eu pudesse estar onde estou hoje.

Ao meu primo Francisco Cunha pelo apoio na organização da monografia e durante todo o curso.

Aos meus amigos que estiveram sempre ao meu lado durante esses 4 anos.

Ao MAJ QOPM Onildo Osmar Sampaio Junior quem me aceitou como orientando. Sua atenção iluminou meu caminho e me ensinou, que “somos mais do que vencedores quando traçamos objetivos na nossa vida”

“As armas são instrumentos de mau augúrio.
Quando não se tem outra alternativa que não
utilizá-las, é melhor fazê-lo sem prazer.”

Sun Pin, séc. XIV a.C

RESUMO

A atuação das polícias, no cenário da sobrevivência policial, tem sido alvo de questionamentos a respeito, também, da formação policial, revelando-se como um problema atual necessário de ser considerado no plano das políticas de segurança e cidadania. O enfoque relativo às dimensões psicossociais presentes tanto na atuação policial, quanto nas possibilidades de formação e capacitação desses profissionais em suas unidades policiais, tem permitido identificar uma crença, rotineiramente difundida quanto à aprendizagem e traduzida na expressão de vários policiais. Pretendeu-se analisar os procedimentos e técnicas adotados pelos policiais militares fora de serviço, a fim de verificar se foram eficientes na garantia de sua autoproteção ou de outrem, frente a uma agressão, tendo como referência estudos científicos formados e estudos de caso, além de pesquisa bibliográfica. A sobrevivência policial vai muito além de apenas treinamento, pois, como vimos, deve haver toda uma gama de conhecimentos complementando outros, pois, conhecimento é poder

Palavras-chave: Sobrevivência policial. Treinamento. Conhecimento. Combate

ABSTRACT

At the same time, it is not a question of police survival, it has been raised in respect to questions, it also gives police training, revealing itself as a problem that is currently necessary to be considered not a plan of security and citizenship policies. Or approach relative to the psychosocial dimensions present both in the police training, as many possibilities of training and training as professionals, in their police units, it was allowed to identify a crença, widely disseminated as a learner and translated into several police officers. It is intended to analyze the procedures and techniques endorsed by military police officers out of service, in order to verify that they are efficient in guaranteeing their self-protection or out-of-war, as a reference to scientific studies trained and case studies, in addition to bibliographic research. A police survivor will be very little, but, as we saw, there must be a whole range of accessories complementing others, pois, evidence and power.

Palavras-chave: Police Survival. Treinamento. Conhecimento. Combat

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	–	Morte de policiais 2018.....	18
Gráfico 2	–	Policiais mortos no ano de 2017.....	19
Gráfico 3	–	Policiais mortos no ano de 2016.....	20
Gráfico 4	–	Mortes policiais entre 2013 e 2018.....	20
Gráfico 5	–	Sexo.....	48
Gráfico 6	–	Faixa de idade.....	49
Gráfico 7	–	Há quanto tempo está na instituição.....	49
Gráfico 8	–	Antes de ser policial, você teve algum contato com armas de fogo.....	50
Gráfico 9	–	Se desloca armado durante sua folga em trajes civis.....	51
Gráfico 10	–	Se desloca armado durante sua folga em trajes civis quando está com sua família.....	51
Gráfico 11	–	Em qual local porta sua arma quando está andando a pé (durante a folga e em traje civis)?.....	52
Gráfico 12	–	Em qual local porta sua arma quando está dirigindo o seu carro (durante a folga e em trajes civis).....	53
Gráfico 13	–	Utiliza coldre quando está portando sua arma (durante a folga e em trajes civis).....	55
Gráfico 14	–	Costuma treinar com seu armamento regularmente.....	55
Gráfico 15	–	Com base na resposta anterior, qual a última vez que praticou algum treinamento com sua arma de fogo.....	56
Gráfico 16	–	Com base na resposta anterior, esse treinamento foi através da instituição ou foi por meios próprios.....	57
Gráfico 17	–	Costuma treinar com seu armamento em casa? (treino a seco, sem disparos).....	58
Gráfico 18	–	Qual a última vez que realizou um disparo de arma de fogo....	58
Gráfico 19	–	Já realizou algum curso de sobrevivência policial.....	59
Gráfico 20	–	Adota medidas de autoproteção no seu dia a dia.....	60
Gráfico 21	–	Se sim, baseado em seus conhecimentos de sobrevivência policial, você costuma tomar essas medidas em quais situações?.....	61

Gráfico 22 – Já sofreu tentativas de assalto ou outro tipo de agressão..... 62

Gráfico 23 – Se sim, baseado na resposta anterior, como reagiu ao assalto ou agressão..... 62

Gráfico 24 – Se sente preparado tecnicamente para enfrentar uma ameaça de roubo durante sua folga e em trajés civis..... 63

Gráfico 25 – Diante das suas experiências vividas foi possível verificar se algumas das estratégias preventivas auxiliaram no sucesso de alguma ocorrência..... 64

Gráfico 26 – Medidas consideram adequadas, estando armado ou desarmado, para se prevenir (ou diminuir a probabilidade) de se tornar vítima de um crime de roubo enquanto: estiver andando a pé pela rua..... 65

Gráfico 27 – Quais medidas considera adequadas, estando armado ou desarmado, para se Prevenir (ou diminuir a probabilidade) de se tornar vítima de um crime de roubo enquanto: estiver dirigindo o seu veículo (carro ou moto)..... 66

Gráfico 28 – Se já tiver passado por algum tipo de situação como assalto, ou qualquer outra situação semelhante, o que você sentiu no momento do ocorrido e durante sua reação..... 68

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CRIME E VIOLÊNCIA.....	14
2.1	Aspectos históricos sobre crime e violência.....	14
2.2	O crime e a violência no Brasil.....	15
2.3	Perfil estatístico de ocorrências policiais.....	18
3	O SERVIÇO POLICIAL MILITAR.....	22
3.1	Aspectos históricos sobre o serviço policial militar.....	22
3.2	Treinamento policial.....	25
3.3	A importância do treinamento policial para a tomada de decisão.....	29
4	SOBREVIVÊNCIA POLICIAL.....	31
4.1	Conhecendo a sobrevivência policial.....	31
4.2	Visão sobre sobrevivência policial.....	33
4.3	Aspecto técnico sobre a dinâmica de combate com armas de fogo	36
4.4	Quebrando paradigmas sobre a sobrevivência policial e o combate armado.....	39
4.5	Medidas de autoproteção frente a vitimização policial.....	43
5	METODOLOGIA.....	46
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	48
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
	REFERÊNCIAS.....	70
	APÊNDICE.....	75

1 INTRODUÇÃO

Desde o início dos tempos, o homem sempre procurou meios para manter-se seguro, técnicas, armas, estratégias, tudo para que conseguisse sobreviver diante das adversidades impostas pelo ambiente em que está sempre se adaptando aos novos cenários e a diversas formas de perigo que poderia atingi-lo.

Tendo em vista essa percepção histórica, não é diferente no dia a dia dos policiais, a cada dia tem-se buscado maneiras de sobreviver diante de um ambiente hostil e imprevisível, que é o cenário da segurança pública brasileira, onde a cada dia está mais difícil manter a própria segurança, a liberdade e consequentemente a incolumidade das pessoas e do patrimônio, que é dever constitucional dos policiais.

Entre os anos de 2016 e 2019 segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 1096 policiais morreram, sendo que, destes, 839 estavam de folga enquanto 257 estavam de serviço.

Sobrevivência policial tem a ver com manter-se vivo, e enfrentar as dificuldades impostas por um cenário tão caótico em que se encontram as polícias de nossa nação. Desta forma, o agente de segurança pública encontra entraves para manter sua integridade física e sua liberdade, pois a cada dia a linha entre a legítima defesa e a ilegalidade torna-se mais curta, pois a justiça acaba diminuindo e limitando o poder do estado perante a sociedade, consequentemente limitando o uso da força pelos policiais.

Assim, o policial acaba, então, sendo colocado diante de uma dicotomia, agir em legítima defesa e manter-se vivo ou não agir por medo de responder a processos judiciais, além de outras consequências advindas de suas ações. Levando em consideração as informações supramencionadas, observam-se as dificuldades envolvendo a profissão policial, manter-se seguro e manter os outros seguros, tudo dentro de padrões e regras de condutas, muitas vezes impostas por pessoas que não entendem de maneira técnica o cenário da segurança pública atual, o que coloca os agentes em uma situação de vulnerabilidade, tendo em vista o enfraquecimento do poder estatal sobre a sociedade.

Nesse sentido, busca-se reunir dados/informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Os procedimentos e técnicas adotados pelos policiais militares fora de serviço foram eficientes para que, frente a uma agressão, tivessem efetividade na garantia de sua autoproteção ou de outrem?

Portanto, a difusão desse conhecimento se faz relevante por estimular a produção de mais conteúdo, além de enriquecer os debates de maneira técnica, quebrando paradigmas que são difundidos pela mídia e pairam sobre a sociedade.

O objetivo geral deste trabalho é analisar os procedimentos e técnicas adotados pelos policiais militares fora de serviço, a fim de verificar se foram eficientes na garantia de sua autoproteção ou de outrem, frente a uma agressão, tendo como referência estudos científicos formados e estudos de caso, além de pesquisa bibliográfica.

A presente monografia encontra-se dividida da seguinte maneira: O primeiro capítulo apresenta elementos de contextualização sobre crime e violência e seus aspectos históricos, além de trazer uma base estatística sobre mortes de policiais de folga e em serviço.

No segundo capítulo são tratados assuntos para familiarizar o leitor a respeito do serviço policial militar, treinamento policial e tomada de decisão, trazendo alguns conceitos e aspectos históricos.

No terceiro capítulo são abordados os assuntos que tangem a sobrevivência policial, conceitos, além de trazer a discussão sobre dinâmica de combates com armas de fogo e seus aspectos técnicos.

O quarto capítulo apresentou-se a abordagem metodológica da pesquisa, como do tipo exploratório de cunha quantitativo e qualitativo. Para dar embasamento a esta monografia, considerou-se, ainda, uma pesquisa bibliográfica na medida em que foram explorados artigos científicos, sites, dissertações e teses, livros (escritos e eletrônicos), que proporcionaram a sustentação teórica necessária a este trabalho.

A partir da pesquisa qualitativa e quantitativa, a análise dos dados se deu através da aplicação de questionário online, estruturado em 20 perguntas objetivas e 5 perguntas subjetivas, afim de traçar um perfil técnico, pessoal e profissional dos policiais.

No quinto capítulo é produzida uma análise detalhada relativa aos dados colhidos com a aplicação questionário estruturados em formulário, citada no parágrafo anterior, avaliando questão por questão com o intuito de gerar resultados que validem a pesquisa que se segue.

E, por fim, a conclusão, que fez um aparato sobre o tema e questionamento do trabalho, para identificar se os objetivos iniciais foram atingidos, ressaltando a

importância do treinamento policial adequado e da prática contínua para um bom condicionamento do agente público.

2 CRIME E VIOLÊNCIA

O crime pode ser considerado como a ruptura de regras e normas pré-estabelecidas. Um delito culpável da lei penal. Implicando numa ação, omissão ou conduta contrária ao direito e a lei lhe atribui a pena (SILVA, 2011).

Segundo o Dicionário Priberam (2011), crime se caracteriza por ser “qualquer violação muito grave de ordem moral, religiosa ou civil, punida pelas leis; Todo o delito previsto e punido pela lei penal; Delito, fato repreensível, infração de um dever”. (SILVA. 2011, P.14)

2.1 Aspectos históricos sobre crime e violência

Inicialmente necessário faz-se uma conceituação de crime de acordo com a lei penal brasileira e a doutrina pátria. A Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro (Decreto-lei nº 3.914/41), traz como definição de crime o seguinte:

Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou detenção, quer isoladamente ou cumulativamente com pena de multa; contravenção, a infração a que a lei comina, isoladamente penas de prisão simples ou multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

Segundo a doutrina pode o crime ser conceituado sob os aspectos material, formal ou analítico. Sob o aspecto material, leciona Damásio (2010), a relevância jurídica do conceito material de crime, uma vez que coloca em destaque o seu conteúdo teleológico, a razão determinante de constituir uma conduta humana infração penal e sujeita a uma sanção.

Neste rumo, segundo o autor, importante também é verificar o critério que leva o legislador a definir somente alguns fatos como criminosos. É preciso dar um norte ao legislador, pois, de forma contrária, ficaria ao seu alvedrio a criação de normas penais incriminadoras, sem esquema de orientação, o que fatalmente, vira lesar o jus *libertatis* dos cidadãos.

No entendimento de Capez (2012), sob o aspecto material, conceitua-se crime, como sendo todo o fato humano que, propositadamente ou descuidadamente, lesa ou expõe a perigo bens jurídicos considerados fundamentais para a existência

da coletividade e da paz social. Sob o aspecto formal, Damásio (2010), conceitua que crime é um fato típico e antijurídico.

De acordo com Mirabete (2007) o conceito formal de crime, alcança apenas o aspecto mais aparente do fenômeno criminal, ou seja, a contradição do fato a uma norma de direito, tratando somente de sua ilegalidade, não penetrando em seu conteúdo em sua matéria.

Por derradeiro, o aspecto analítico é aquele que busca sob um prisma jurídico, estabelecer os elementos estruturais do crime. Tendo como finalidade proporcionar a correta e mais justa decisão sobre a infração penal e seu autor, fazendo com que o julgador ou interprete desenvolva seu raciocínio em etapas (CAPEZ 2012).

Neste sentido Capez (2012, p. 106) conceitua crime da seguinte forma: “crime é todo fato típico e ilícito”. E continua o doutrinador, ao lecionar que inicialmente deve ser observada a tipicidade da conduta, e então, verificar se a mesma é ilícita ou não. Sendo o fato típico e ilícito, surge a infração penal, partindo-se daí, para verificar se o autor é culpado ou não, e se deve sofrer um juízo de reprovação pela sua conduta (CAPEZ, 2013).

Em suma, o crime constitui a conduta típica, antijurídica e culpável, sendo esta última, pressuposto para aplicação da pena.

2.2 O crime e a violência no Brasil

A expressão da violência é multidimensional, pois aborda diferentes atores sociais e ostenta formas diversas – desde a física, até a psicológica ou a simbólica¹ – não podendo, por isso, ser acordada como uma condição de “expressão valise” (SOUZA, 2008). Neste sentido, a atividade criminosa violenta, é produto da compilação de uma gama de procedimentos indesejados, a dada sociedade, em certo período histórico². Deste modo e, além disso, se mostra como multifatorial, na avaliação em que possuem agentes e ocorrências típicas muito delicadas. Isso

¹ Para Bourdieu (2005), a violência simbólica não se expressa por coações físicas ou atos concretos, mas espraia-se de forma silenciosa, se exercendo através de esquemas de percepção, da avaliação e de ação, e que fundamentam aquém das decisões da consciência e os controles da vontade.

² De acordo com as abordagens do *labeling approach*, não há nada inerentemente desviante no crime, pois ele é resultante de uma construção social, que perpassa por assimetrias de poder. Becker (2008), um dos adeptos da também chamada teoria do etiquetamento ou rotulação, propôs investigar o “desvio” como algo que transcende motivações individuais ou particularidades comuns a um grupo desviante, mas como um processo no quais outros atores sociais também precisa ser investigado – como aqueles que formulam as regras e suas sanções, e os que são designados para fazê-las ser cumpridas.

sugere distinguir que o crime acontece de maneira “desagregada”, sendo entusiasmado por aspectos plurais, de diversas naturezas (SCHABBACH, 2007).

Assim, tais acontecimentos se explanam pelo ambiente urbano heterogeneamente. No Brasil, a expansão da violência se dá, em parte, como consequência da classificação social da paz – que privilegia classes remediadas e de acordo com o 12º Anuário de Segurança Pública (FBSP, 2018), a taxa de letalidade policial brasileira é a mais elevada do mundo, e os indicadores de mortes violentas intencionais é mais do que o triplo do avaliado endêmico pela Organização Pan-americana de Saúde.

E, seja quanto a interferência policiais ou ao crime comum, são as periferias urbanas que, estão em condição mais vulnerável à violência (SOUZA, 2008). Adicionando-se ao corte territorial, outros elementos difundem na possibilidade de ser vitimado por violência no país. Quanto aos homicídios, 92% da população afetada é masculina (IPEA; FBSP, 2017), 54% é jovem (entre 15 e 24 anos), e 73% é negra (FBSP, 2018).

De acordo com Garland (2014, p. 35),

As respostas às violências no âmbito do controle do crime dizem respeito não só a considerações criminológicas, mas às forças históricas observadas a partir da segunda metade do século XX. Essas mudanças sociais, econômicas e culturais são características da pós-modernidade e dos realinhamentos políticos que lhe decorreram, tendo sido vivenciadas com maior ou menor intensidade por todas as democracias industriais ocidentais após a Segunda Guerra Mundial e acentuadas a partir da década de 60.

Para o autor, ainda de diferenças nacionais, a chegada da pós-modernidade modificou as condições sociais e políticas sobre as quais se acordava o campo da influência do crime. Embora, provocou a legitimidade das instituições, bem como ocasionou novos problemas de crime, insegurança e medo.

Embora da incidência de indicadores sociais sobre o aparecimento de algum tipo de violência, o crime e o medo do crime são vastamente vividos como episódios da vida contemporânea (GARLAND, 1999), o que faz com que 76% da população brasileira confesse ter medo de morrer assassinada (FBSP, 2016). A impressão de medo grupal, instigada pelos altos índices de violência urbana – bem como por sua espetacularização midiática – vem se deslocando progressivamente, tornando-se quase que ubíqua em qualquer metrópole (SOUZA, 2008). Nesse argumento é que aparecem as “fobópoles”: grandes cidades nas quais o medo é

genérico – embora que, matizado segundo a classe, a raça, o gênero, a sexualidade e a região de moradia, por exemplo – moldando os hábitos grupais de condução e lazer, difundido nas formas de habitat, de influência mútua social e de formação dos discursos-padrão sobre a violência urbana (SOUZA, 2008).

Sendo mencionados diariamente na pós-modernidade, o crime e o medo do crime tornaram-se riscos que devem, a todo tempo, ser geridos e estimados (GARLAND, 2014, p. 37). Neste sentido, os atores sociais estabeleceram suas próprias adequações à disseminação criminal moderna, pela afirmação de cuidados rotineiros e de formas de controle social reservados. São essas adequações coletivas que causam a importância sociocultural da questão do crime nos tempos atuais, dado que “[...] fornecem a base social para muitas das novas políticas criminais dos últimos anos e moldam a formação cultural – o complexo do crime – que vem crescendo em torno do crime no final do século XX” (GARLAND, 2014, p. 38).

De acordo com Porto (2002, p. 154),

Embora procedam de conhecimentos particulares, os aspectos são condicionados pelo tipo de inserção social do indivíduo ou do grupo que as produzem, expressando visões de mundo que visam a explicar e a dar sentido aos fenômenos – e, com isso, também auxiliando a constituir-los.

Deste modo, são imagens que resumem um conjunto de significados, servindo como um sistema de referências que permite a explanação daquilo que acontece com os atores, assim como a permissão de sentido, por eles, ao inesperado (JODELET, 1985). No campo das reproduções sociais que cercam a violência e a atividade criminosa, propõe-se destacar alguns elementos fundamentais à sua composição: a segregação sócio-espacial³, a constituição de sociabilidades diversas em ambiente segregados, e a produção de debates sobre o crime – não raro violentos – em resposta à sua tomada como “mal-estar” coletivo.

³ Em lugar do termo “socioespacial”, utiliza-se “sócio-espacial”, com base na diferenciação estabelecida por Souza (2007). De acordo com o autor, enquanto o primeiro diz respeito à análise do espaço social (ou substrato), o segundo se ocupa da manifestação das relações sociais no espaço.

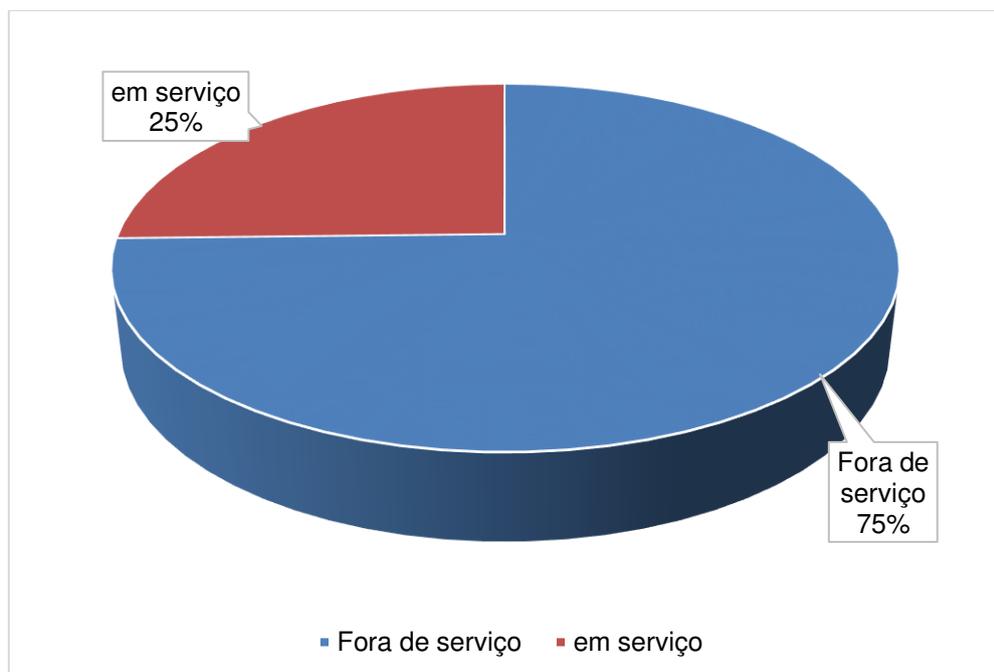
2.3 Perfil estatístico de ocorrências policiais

Um grande problema enfrentado pelo sistema de Segurança pública atual, sem dúvidas, é a grande taxa de mortalidade policial tanto em serviço quanto na sua folga. É notório como os cursos básicos de formação são, um tanto, ineficientes, para suprimir a necessidade de conhecimento técnico e profissional de um policial recém-formado, principalmente no que tange o assunto sobrevivência policial, que por sua vez, versa sobre vários treinamentos voltados, principalmente para o momento de folga do policial.

Outro grande motivo desse número de morte de policiais são os chamados “bicos”, onde policiais não fardados fazem serviços de segurança para terceiros, geralmente sem colete e sem nenhum apoio operacional, é por vezes são pegos desprevenidos para ter seu armamento roubado.

Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), 343 policiais civis e militares foram assassinados e 75% foram mortos fora de serviço, ou seja, 256 estavam na sua folga enquanto apenas 87 estava de serviço, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 1- Morte de policiais 2018

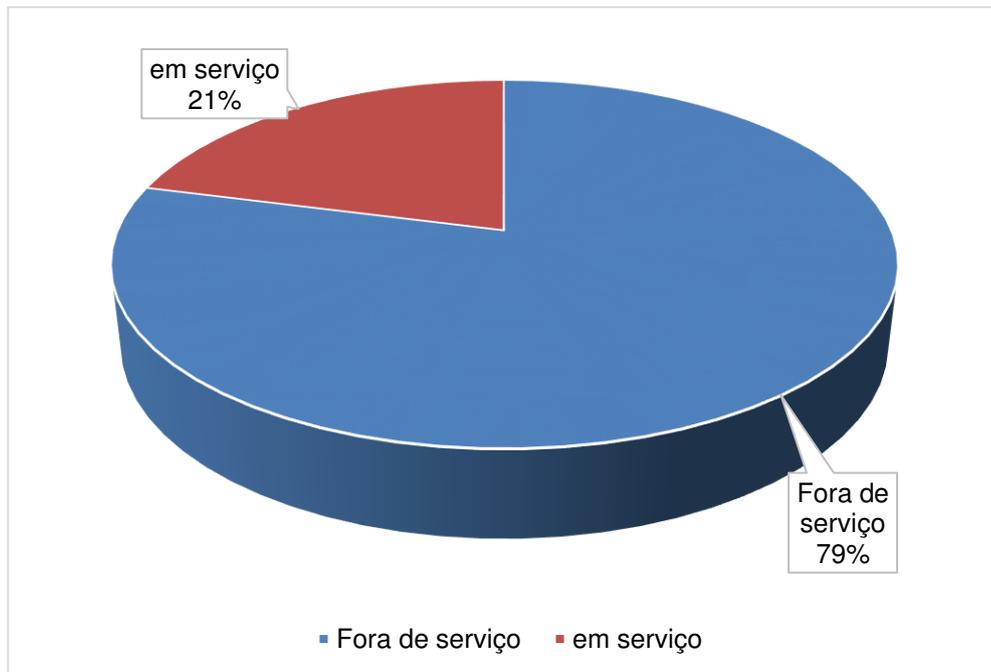


Fonte: Feito pelo autor, baseado nos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Um elemento importante, que pode ser responsável por esse número de baixas policiais, é a tentativa mal sucedida de reação perante a uma situação desse tipo. Agentes que se sentem na obrigação de agir perante a um assalto ou são obrigados a agir, pois são vítimas, porém a maioria não possui o treinamento adequado para reagir a este tipo de situação.

Felizmente, em relação ao ano de 2017, houve uma redução de 10,4% na taxa de mortalidade policial, 367 foram vítimas, sendo 290 fora de serviço e 77 em serviço, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Policiais mortos no ano de 2017



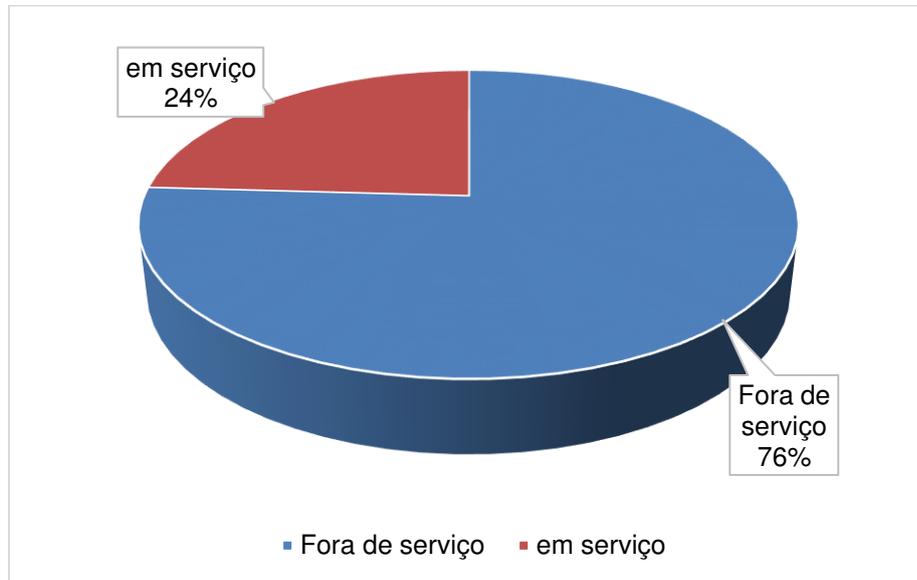
Fonte: Feito pelo autor, baseado nos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Nota-se ainda que nesses anos os cursos básicos de formação policial foram de certa forma deficientes, e na maioria dos estados o curso é de um curto período de tempo e onde o policial geralmente aprende a agir só em serviço. Entretanto é durante a folga que ele está mais vulnerável e não tem um aparato para ajudá-lo

Conforme Oliveira (2013), o policial está mais vulnerável na folga, pois é um momento que ele tira para se divertir consequentemente estará mais distraído, então se torna um alvo mais fácil a ser atacado, o bandido procura facilidade.

Já a relação entre 2016 e 2017 observou-se que houve uma diminuição de 4,9% na taxa de mortalidade policial.

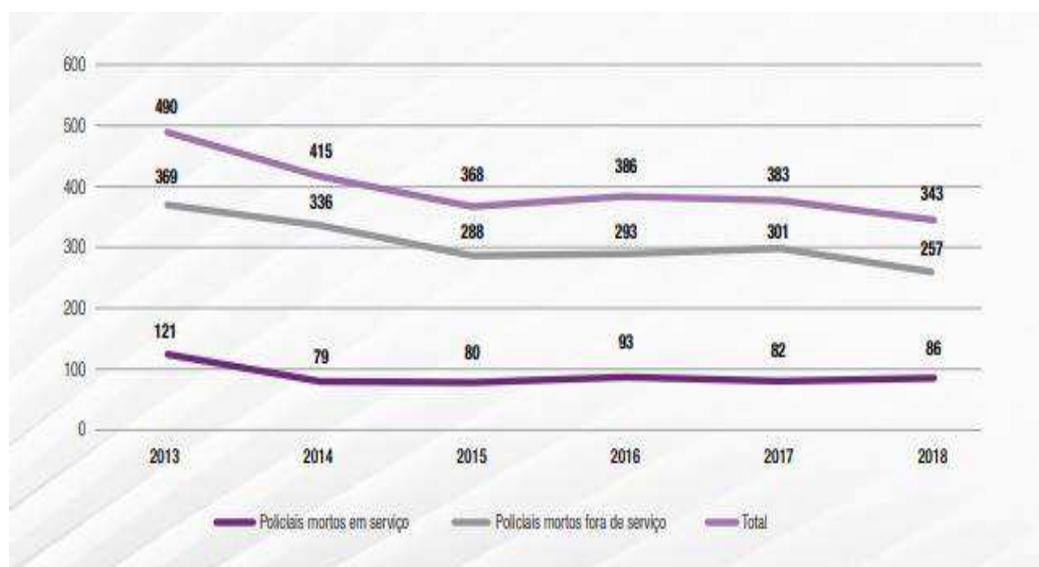
Gráfico 3 – Policiais mortos no ano de 2016



Fonte: Feito pelo autor, baseado nos dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em 2016, 386 policiais foram mortos, sendo que 293 estavam de folga e 93 de serviço. É possível observar que com o passar dos anos o índice tem diminuído gradativamente, como é possível ver no gráfico a seguir, entre os anos de 2013 e 2018:

Gráfico 4 – Mortes policiais entre 2013 e 2018



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Como é possível observar, houve uma grande diminuição dos casos entre os anos, e um fator que pode ter sido responsável por tal diminuição, é que com o passar desses anos muitas policias tem adotado a disciplina sobrevivência policial em sua carga horária padrão nos cursos de formações, além de observar o interesse por parte de vários agentes em se capacitar através de curso privados também.

3 O SERVIÇO POLICIAL MILITAR

A reestruturação das forças policiais, na atualidade, é uma demanda necessária frente às crescentes taxas de criminalidade. A realidade brasileira ao longo dos últimos anos acrescenta características comprobatórias desta necessidade. Assim, entende-se que a criação de novas estratégias para o emprego do efetivo policial militar torna-se imprescindível para a redução dos índices de criminalidade.

Ao analisar estatísticas de aumento de criminalidade, as críticas e cobranças de alguns setores da sociedade não tardam a recair sobre a atuação das polícias. Entretanto, poucos lembram o que estabelece a Constituição Federal, em seu art. 144, caput, no tocante à segurança pública, onde se lê que ela é responsabilidade de todos, e não só do Estado, tampouco só das polícias.

E nem deveria ser diferente, pois um assunto de tamanha importância não poderia ser restringido às instituições policiais, já que estas, sozinhas, não possuem condições de resolver todos os problemas atinentes à segurança pública.

3.1 Aspectos históricos sobre o serviço policial militar

A Constituição Federal destaca quais os órgãos estão aptos a promover a segurança pública e detalha os tipos de atividades delegadas a cada um deles. Esses órgãos são as diferentes polícias no contexto brasileiro. São elas: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária federal; Polícia Civil; Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militares. Muito embora cada um desses órgãos possua seu próprio campo de ação; a atividade primordial baseia-se na preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. Porquanto o caput do art. 144 os estabelece como órgãos de promoção de segurança pública.

O serviço policial brasileiro é detalhado em sua Carta Política, dada a importância do trabalho policial, uma vez que dependendo da forma como for exercida a atividade confirma ou nega o Estado Democrático de Direito. A atividade policial é um ofício de suma importância, seriedade e dimensão única, pois deve atuar de forma a impedir que as garantias e liberdades constitucionais sejam violadas,

Conforme a concepção de Goldstein (2003, p.28; 29),

A polícia não está apenas obrigada a exercer sua limitada autoridade em conformidade com a Constituição e, por meios legais, aplicar suas restrições: também está obrigada a observar que outros não infrinjam as liberdades garantidas constitucionalmente. Essas exigências introduzem na função policial a dimensão única que torna o policiamento neste país um ofício seriíssimo.

Apesar de detalhamento do trabalho policial no corpo da Constituição; tais como: patrulhamento ostensivo; função de investigação e apuração de infrações penais; e preservação da ordem pública, o que se vê, hoje, é uma polícia que faz mais do que a determinação legal impõe. A instituição policial absorveu atividades que em princípio não deveriam ser suas, como por exemplo, as ocorrências que envolvem discussões familiares, tal fato pode estar ligado a falhas no Sistema de Segurança Pública ou pela mudança nos anseios da sociedade.

A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 144 ressalta que:

A segurança pública dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio através dos seguintes órgãos: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária federal; Polícia Civil; Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militares.

Estes órgãos são responsáveis pela segurança pública e cada um possui uma atividade específica em seu contexto de atuação no Brasil. No entanto, embora cada um tenha seu campo de atuação, a primeira atividade a ser desempenhada deve ser a incolumidade das pessoas e do patrimônio e a preservação da ordem pública. A Carta Política é o documento que detalha a atividade policial, cuja possui uma relevância na confirmação ou negação do Estado Democrático de Direito, conforme a sua atuação.

A preservação das garantias e liberdades constitucionais é uma das principais funções da atividade policial. Segundo Goldstein (2003), a polícia não deve apenas exercer a sua função em conforme a Constituição Federal determina, mas também deve evitar que ações infracionais sejam cometidas no que se refere a restrição das liberdades garantidas constitucionalmente. A partir desta determinação percebe-se a importância da atividade policial para o país.

O presente autor ainda afirma que:

A preocupação com a multiplicidade das funções policiais levou também, a alguns esforços interessantes para categorizar os diferentes aspectos do papel da polícia, Michael Banton, por exemplo, observou que os policiais em

patrulhamento são, inicialmente agentes da paz, e não da lei. Mais do que impor a lei, eles gastam a maior parte do seu tempo supervisionando sua ronda e atendendo chamado de auxílio (GOLDSTEIN, 2003, p. 46).

A Constituição estabelece como atividades policiais: a função de investigação, patrulhamento ostensivo, preservação da ordem pública e apuração de infrações penais. Contudo, na atualidade, a abrangência da atividade policial se expandiu em consequência de falhas no Sistema de Segurança Pública, em decorrência nas modificações dos anseios da sociedade que eleva a cada ano o seu contingente de pessoas ou em virtude da inoperância do Estado em não elaborar políticas públicas que atendam os anseios da sociedade.

Diante deste contexto, é necessário entender que a atividade policial não se limita apenas as concepções legais, mas se precisa compreendê-la a partir da dinâmica social em detrimento das leis enrijecidas modificando a ótica do trabalho policial a cada instante. Conforme o Manual de Policiamento Comunitário tem-se que:

Para que o policial contribua para o bem-estar da comunidade, é necessário que ele esteja integrado às pessoas que nela vivem, conheça o seu cotidiano e tenha alguma autonomia para tomar iniciativas nas atividades de segurança local. Essa interação com a comunidade permite que o policial conheça as lideranças locais e levante informações fundamentais para o seu trabalho (USP, 2009, não paginado).

Neste sentido, percebe-se que a função de promoção dos direitos humanos e da cidadania cabe ao policial. Além disso, é importante ressaltar que a atividade policial não considera apenas a intolerância à criminalidade, mas a função social que os agentes de segurança devem ter na sociedade. As atividades policiais devem está fundamentada na Constituição e nos regulamentos que regem a profissão de policial e também a civilidade, a responsabilidade social e ação de proteção em situações de conflito.

O serviço policial, atualmente, não pode ser compreendido apenas pela ótica legal. É preciso levar em conta que as leis são rígidas e invariáveis, mas a sociedade é mutável e espera uma mudança na perspectiva do trabalho policial. O profissional de segurança contemporâneo é um agente promotor de cidadania e direitos humanos.

Assim, leva em consideração não só a intolerância a criminalidade, mas também se preocupa com o caráter social que desempenha junto à população. O

trabalho da polícia abrange toda a determinação legal imposta pela constituição e regimentos policiais, e, sobretudo a civilidade que o profissional deve ter, no senso de responsabilidade frente à sociedade, a qual espera do agente de segurança pública; a proteção quando um conflito se instala.

3.2 Treinamento policial

O treinamento é a atividade que se destina à transferência de conhecimentos, objetivando ocupar deficiências, incitar e desenvolver habilidades, potencialidades visando a um desenvolvimento profissional. Este pensamento essencialmente provoca uma transformação de atitudes e de procedimentos.

Ressaltando este conceito, Assunção (2008, p. 35) cita que o "treinamento de polícia militar é a atividade de educação continuada, visa atualizar e modificar o comportamento dos militares, no intuito de melhor capacitá-los para exercer sua função policial militar".

O Manual Técnico-Profissional 3.04.01/2013-CG1 da PMMG aprova essa assertiva:

O treinamento policial militar baseado em situações práticas que se aproximam do cotidiano profissional, somado à análise crítica de erros e acertos vivenciados na experiência real, contribuem para o desenvolvimento da habilidade do policial militar pensar sobre como ele agiria nas diversas situações, visualizando mentalmente suas respostas e definindo previamente o seu procedimento básico. Dessa forma, ele criará rotinas seguras para sua atuação (MINAS GERAIS, 2013, p. 21).

Sob esse aspecto, vê-se que por meio do treinamento intenso e recorrente, o policial militar modifica seus conhecimentos e capacidades alcançados em atitudes, até o ponto de conseguir memória muscular, automatizando suas táticas para cada caso concreto.

Como forma de buscar a excelência por meio do treinamento com o fim de diminuir o risco, o Manual Técnico-Profissional 3.04.01 considera que:

O preparo mental como o processo de pré-visualizar os prováveis problemas a serem encontrados em cada tipo de intervenção policial militar e ensaiar mentalmente as possibilidades de respostas. [...] a falta de preparo mental do policial militar, durante uma intervenção, prejudicará o seu desempenho, levando a um aumento de seu tempo de resposta à agressão e, assim, o uso de força poderá ser inadequado (excessivo ou

aquém do necessário para contê-la) (Grifos Nossos) (MINAS GERAIS, 2013, p. 21).

Grossman (2004) mostra que o treinamento mental e prático é um modo de se inocular a tensão, ou seja, conhecer no decorrer do treinamento realístico as intempéries que poderão vir a encontrar quando a circunstância concreta passar a existir. O treinamento efetivo, além disso, aumenta o senso de certeza da pessoa e impede alguma surpresa que é outro aspecto cognitivo de inoculação da tensão. O senso de efetividade pessoal e autoconfiança, designados pelo treinamento realístico, agem muito como um redutor de tensão quando os músculos entram em piloto-automático.

A DGEOP ressalta ainda, que:

O treinamento deve estar integrado à vida diária do militar como sustentação dos conhecimentos e das habilidades próprias da especialidade, adquiridos no período de formação, complementando conhecimentos, por intermédio da prática de novas técnicas [...] (MINAS GERAIS, 2016, p. 37).

Nota-se, deste modo, que a profissão policial militar é dotada de características, estabelecendo a interferência do policial militar, até mesmo com o uso da força, seja durante o serviço ou mesmo nos períodos de folga. Entretanto, para que essa ação seja colocada em aprendizado são indispensáveis treinamentos previstos os dois cenários: o policial militar fardado em serviço e em trajes civis de folga.

O Manual Técnico-Profissional 3.04.01 repete que a força, no âmbito policial, é determinada como sendo o meio pelo qual a Polícia Militar controla uma circunstância que adverte a ordem pública, o cumprimento da lei, a integridade ou a vida das pessoas.

O policial poderá usar a força no exercício das suas atividades, não sendo necessário que ele ou outrem seja atacado primeiro, ou exponha-se desnecessariamente ao perigo, antes que possa empregá-la. O seu emprego eficiente requer uma análise dinâmica e contínua sobre as circunstâncias presentes, de forma que a intervenção policial resulte num menor dano possível. Para tanto, é essencial que ele se aperfeiçoe, constantemente, em procedimentos para a solução pacífica de conflitos, estudos relacionados ao comportamento humano, conhecimento de técnicas de persuasão, negociação e mediação, dentre outros que contribuam para a sua profissionalização nesse tema (MINAS GERAIS, 2013, p. 75).

Ainda na mesma norma, o uso da força aproveitada por um policial militar é diferenciado como um ato discricionário, legal, legítimo e profissional. Pode e deve ser usada no cotidiano operacional, sem receio das consequências advindas de seu emprego, desde que o policial militar cumpra com os princípios éticos e legais que regem sua profissão (MINAS GERAIS, 2013, p. 76)

Diante de todo o exposto, analisa-se a real necessidade de uma atuação cada vez mais exemplar dos policiais militares, além de uma melhor capacitação de seus profissionais com o objetivo de que, no cumprindo seus deveres, os façam sem abusos e excessos, respeitando sempre a dignidade da pessoa humana no cumprimento de suas funções. Tais fatores fundamentam e balizam a real necessidade de instruções e treinamentos constantes a serem praticados pelos agentes policiais a fim de que suas ações sejam cada vez mais técnicas e confiáveis.

Estes ensinamentos nos fazem recorrer às palavras de Mello (2018, p. 4) quando afirma que “a sociedade, cada vez mais consciente de seus direitos e garantias, vêm exigindo uma polícia cada vez mais técnica e especializada, sem improvisações e empirismos que possam colocar a vida dos cidadãos em perigo”.

Percebe-se então, que a Polícia Militar pode fazer uso da força no cumprimento de suas missões em que haja resistência por parte do infrator/transgressor da lei, desde que se evite a violência, utilize-se da força quando extremamente necessária e de forma escalonada e progressiva, observando assim os métodos menos lesivos e, acima de tudo, de maneira proporcional.

Para que o agente da lei tenha conhecimento e pratique cotidianamente tudo aqui já mencionado, faz-se necessário, durante o exercício da atividade policial militar, o treinamento continuado em defesa pessoal a fim de que este agente continue a lembrar o que aprendeu em suas instruções durante o processo de formação para ingressar na corporação e, porque hora ou outra, no atendimento de uma ocorrência, pode ser necessário o emprego da força física (com os devidos limites), já que os métodos mais agressivos como a arma de fogo, por exemplo, devem ao máximo ser evitados.

Esta afirmativa é reforçada por Pinto e Valério (2012, p.50) quando dizem que, em geral só se deveria “utilizar as armas de fogo quando o suspeito oferece resistência armada”, ou, quando colocar “em risco as vidas alheias e não são suficientes medidas menos extremas para dominar ou deter o delinqüente suspeito”.

A assertiva acima se mostra como uma tendência de aceitação a nível mundial, como reforça Person (2017, p.12) quando diz:

Pesquisadores e estudiosos da área de segurança pública e direitos humanos, em diversos países, produziram modelos de emprego da força pelo agente público conforme a reação do infrator. A análise destes modelos baliza a instrução de defesa pessoal na Polícia Militar.

Portanto, pelo fato de a defesa pessoal mostrar-se como uma disciplina indispensável para o exercício das atividades policiais militares, esta pesquisa visa encorajar e estimular a prática de tal disciplina e acima de tudo, verificar se o treinamento continuado em defesa pessoal poderá realmente contribuir com a redução do número negativo de denúncias de abusos cometidos quanto ao uso da força por parte dos policiais militares.

Bayley, este ainda acrescenta que “a polícia se distingue, não pelo uso da força, mas por possuir autorização para usá-la” (2016, p.20). Bittner ainda afirma que “ser policial significa estar autorizado, e ser exigido, a agir de modo coercitivo quando a coerção for necessária, segundo o determinado pela avaliação do próprio policial das condições do local e do momento” (2016, p. 20).

Bittner (2016) ainda dá ênfase a três subsídios diferentes para realizar a atividade policial, com relação ao emprego da força. Apesar de proporções que podem variar de policial para policial, na prática, essas maneiras podem se combinar. Segundo o autor, o primeiro subsídio diz respeito ao emprego de técnicas de negociação, empregadas pelos policiais como forma de persuasão, objetivando-se alcançar a submissão do cidadão abordado. O segundo consiste em usar os meios coercitivos, de modo antecipado, para obter a submissão. O terceiro está relacionado à proeza física.

Com relação às sugestões contidas na apostila de Uso Legal da Força (apud MELLO, 2008, p. 15), o policial, ao fazer uso da força, deve “ter o conhecimento da lei, deve estar preparado tecnicamente, através da formação e do treinamento, bem como ter princípios éticos solidificados que possam nortear sua atuação”.

Entender que a educação policial deve preencher esses três requisitos – saber, saber fazer e querer fazer - é de fundamental importância às academias de formação dos agentes de segurança. Deste modo, destacamos a importância vital do conhecimento sobre os conceitos apresentados e relacionados ao uso da força,

mostrados nesta seção, para que possamos entender melhor o próximo tópico de nosso trabalho, que tratará do uso escalonado da força na atividade policial.

3.3 A importância do treinamento policial para a tomada de decisão

Dentre a gama de instruções disponibilizadas aos policiais militares, defende-se a importância de um treinamento mais frequente e continuado voltado para a defesa pessoal, para que assim, estes agentes venham se recorrer cada vez menos da arma de fogo e de métodos violentos para a solução das ocorrências.

É imprescindível que o policial militar esteja habilitado a defender-se contra as técnicas de golpear, através do treinamento repetitivo dos movimentos com o intuito de adquirir as qualidades fundamentais para execução correta das técnicas, propiciando assim uma reação eficiente frente às agressões (SANTOS, 2008, p. 92).

Toda a ação em combate, na medida do possível, deve ser pensada e planejada, sobretudo a do policial, agente governamental que lida dia a dia com dois dos mais primordiais direitos do ser humano: à liberdade e à vida. Nesse contexto, se for golpear, prepare-se para se defender de um pretenseu contragolpe; e se for se defender, já saiba que contra-ataque irá utilizar, objetivando sempre a neutralização do agressor para a aplicação da lei. Contudo, esta capacidade requer treinamento e condicionamento, como LEE (2003, p. 185) nos assevera, dividindo em três partes o que ele chama de “processo psicofísico do ataque”:

O cérebro deu aos músculos a ordem que está sendo executada, mas até mesmo na execução o lutador deve estar preparado para a possibilidade de uma interceptação, contragolpe, etc. Assim, é essencial que a vigilância intelectual e física seja mantida por toda a luta.

Numa instrução de defesa pessoal policial, enfim, importa salientar que as técnicas de ataque e defesa mencionadas anteriormente são didaticamente separadas para o treinamento, porém, formam um binômio inseparável quando em situação verídica. Lembremo-nos, no entanto, que a ação do agente de segurança deve estar continuamente pautada na legalidade, na necessidade e na proporcionalidade, de modo que os golpes traumáticos e bloqueios são utilizados na estrita medida indispensável ao alcance do objetivo de neutralizar a agressão ao direito lesado.

O que se tenta, ora, é dar a entender que não basta somente um treinamento maçante e repetitivo de golpes, defesas e imobilizações para criar no policial uma habilidade instintiva de defesa, ou até, quem sabe, se mal canalizada, de agressividade descontrolada; é preciso sim fazer nossos agentes raciocinarem, formularem respostas as diferentes questões que o dia a dia policial lhes apresenta, respostas essas baseadas - aí sim é que pensamos contribuir - em conceitos e doutrinas que sirvam de ferramentas para a resolução de conflitos, esta qual se mostra como a missão precípua de uma polícia de um Estado democrático de direito.

Criar e aperfeiçoar estas doutrinas e ferramentas cabe às corporações policiais, através de seus núcleos de pesquisa e estudos

4 SOBREVIVÊNCIA POLICIAL

4.1 Conceito

Como bem nos assegura Oliveira (2018), pode-se dizer que a sobrevivência policial é a capacidade de enfrentar as adversidades impostas pela profissão e pelo ambiente em que o policial se encontra. Neste contexto fica claro que o papel da sobrevivência policial é fazer com que o agente esteja condicionado, através do treinamento adequado, a controlar seus atos de maneira que ele tenha consciência de tudo que está passando ao seu redor.

Conforme Oliveira (2018, p. 30):

Porém tal condição é apenas uma ilusão, principalmente por causa das falhas na construção dos seis fatores (psicológico, físico, comportamento, treinamento/procedimento, equipamento e tempo). Então a capacidade para sobreviver é, acima de tudo, o efeito do acúmulo de habilidades específicas em diversas áreas da autodefesa. Essas habilidades especiais resultam, sobretudo, da responsabilidade pela própria segurança, do interesse pela profissão, das condições físicas e mental do policial, do comportamento pessoal e profissional, dos equipamentos disponíveis, dos treinamentos individual e corporativo e do tempo entre uma decisão e a ação (ou reação).

A melhor maneira de compreender esse processo é considerar que a realidade está sempre distante dos treinamentos, pois, apesar de todos os métodos aplicados, nenhum conseguirá imitar, ou reproduzir os efeitos físicos/fisiológicos que acontecem no corpo humano durante um confronto armado.

Não se trata apenas de treinamento, conforme citado acima, essa soma de fatores pode variar de inúmeras formas, o que de alguma maneira influenciará no resultado final, seja porque o fator equipamento dê errado, mesmo que haja o treinamento correto, seja porque o fator físico/psicológico foi diferente do esperado, baseado nas técnicas de autocontrole e isso interferiu na ação/reação. Entretanto, o autor deixa claro que, para que haja a capacidade de sobreviver é necessário ter conhecimento.

Corroborando com a ideia da soma de fatores dita anteriormente, afirma Lima (2011, p. 15):

Para sobreviver devo estar ciente, alerta, confiável, atento, decidido e pronto. Eu devo esperar o inesperado e fazer o inesperado. [...], sobretudo, eu não morrerei nas ruas, ou em um beco, ou em qualquer outra parte. Eu sobreviverei, não apenas pela minha sorte, mas pelas minhas habilidades.

Portanto, é interessante, aliás, perceber que os autores seguem a mesma linha de pensamento, ou seja, conforme citado acima, para que haja um melhor resultado numa situação crítica, fazem-se necessárias habilidades, que são adquiridas ao longo do tempo, através de estudos, experiências e treinamento. Mesmo assim, muitos profissionais capacitados passam por situações que nenhum treinamento é capaz de se igualar, imagine aqueles que não se preocupam com seu preparo para tais situações.

Segundo Oliveira (2013, p. 20):

A inteligência de sobrevivência é o cultivo do conhecimento, da intuição, da consciência e das habilidades de avaliação da situação e decisão sobre o que fazer. [...] Saber como reconhecer, evitar ou responder a elas é a essência do sucesso da autodefesa. Afinal, conhecimento é poder!

Pode-se dizer, então, que para esse paradigma da legítima defesa ser quebrado, faz-se necessário conhecimento, obtido através de treinamentos e estudos. Neste contexto, fica claro que, para se usar técnicas de autodefesa sem correr risco de ilegalidade, para consequentemente atingir o objetivo, sobreviver, o policial deve ter uma preocupação com vários fatores, como, por exemplo, treinamento adequado, equipamentos de boa qualidade, efeitos físicos e psicológicos, tempo, entre outros.

O mais preocupante, contudo, é constatar que apesar de alguns desses fatores poderem ser contornados, em tese, o ser humano é falho e um fator determinante para que o número de vitimização policial seja alto é a falta de preparo, fazendo com que o policial reaja de maneira inadequada.

Conforme Araújo (2017, p. 744):

Um elemento determinante responsável pelo grande número de policiais mortos, fora de serviço, deve-se às tentativas de reações, mal sucedidas, a assaltos. [...]. Muitos não têm treinamento técnico e ao se confrontarem com os criminosos, acabam sendo alvejados e mortos.

E por incrível que pareça sempre devemos contar com o fator sorte. Não é exagero afirmar que na maioria dos casos de vitimização policial, onde é constatado "execução", o agente não consegue sobreviver.

Dessa forma, conforme Grossman (2013, p. 125) mostram que para que haja sucesso no campo de batalha, é necessário um treinamento que prepare a mente e o corpo humano para vencer as adversidades físicas e psicológicas, fazendo com que ele tome a melhor decisão frente a um momento crítico:

Há um antigo provérbio militar que diz, 'você não tem que praticar até ficar exausto'. Há um pouco de verdade nestas palavras, mas às vezes elas são usadas como desculpa para evitar o treinamento duro e rigoroso. Às vezes há valor em praticar até a exaustão.

Caso contrário, com um treinamento fraco, e distante dos padrões da realidade, nossos agentes continuaram perecendo frente às adversidades no que tange o confronto armado e situações que exijam mentalidade de sobrevivência.

Conforme explicado acima o que importa, portanto, é que o policial desenvolva uma mentalidade de combate. Essa, porém, é uma tarefa que se torna, de certa forma, difícil, face as dificuldades que os agentes têm para praticar e desenvolver os treinamentos. Entretanto, vê-se, pois, que os profissionais estão tentando a cada dia se especializar, desenvolver e difundir conhecimento, visto que, a dinâmica de combate está sempre em evolução.

4.2 Visão sobre sobrevivência policial

A preocupação dos policiais com a legalidade tem uma razão de ser, pois a sobrevivência deverá ir além dos aspectos físicos. É importante considerar que o profissional age em uma ameaça que exige uma resposta imediata. Corre-se o risco de cometer um erro fatal. Porém, em uma situação ameaçadora, o policial não tem muito tempo para uma avaliação, podendo, em situação de grande ameaça, cometer um atraso na decisão que também custe a sua vida.

O entendimento sobre o medo é de fundamental importância para o instinto de sobrevivência do ser humano, até porque o medo desencadeará diversos efeitos no organismo, normalmente levará o homem ao estresse e, conseqüentemente, afetará a sua capacidade de ação e reação; portanto, assim

como o medo poderá fazer com que se desenvolvam os mecanismos de sobrevivência no homem, poderá também fazê-lo paralisar durante uma situação de perigo que, por exemplo, ameace a sua vida (SILVA, 2011).

No campo policial, Artwohl (2002) define um triângulo de sobrevivência em um confronto armado, sendo: sobrevivência física; sobrevivência psicológica e sobrevivência legal. Além de manter a integridade física, o policial precisa sobreviver ao stress pós-traumático do evento e também à parte legal, que em caso de erro pode levar o profissional para julgamento em tribunais.

Artwohl e Christensen (1997) reforçam o ponto de vista, defendendo que, após o fim do tiroteio, o desempenho do policial será revisto por todos: o policial, seus colegas, a mídia, os tribunais, a instituição e a comunidade. Enquanto o policial estava obrigado a responder a uma ameaça súbita e mortal, baseada na sua percepção dos fatos, o seu desempenho será julgado com base em critérios de pensamento racional, com uma visão diferenciada e em retrospectiva, especialmente quando com julgamento da situação em espaço seguro e confortável.

O policial utiliza sua arma sempre sob circunstâncias de grande estresse originado pelo real temor em perder a vida. Este temor causa uma série de efeitos sobre seu organismo. Inicialmente há a chamada reação de alarme, quando a mente, através de um ou mais sentidos, percebe a existência do perigo, desencadeando uma reação imediata no metabolismo. A pressão arterial aumenta, o pulso acelera, a concentração se intensifica, a respiração acelera e se torna ofegante, a adrenalina é secretada em grande quantidade pelas glândulas suprarrenais diretamente na circulação sanguínea. O sangue é desviado para os grandes músculos prejudicando a irrigação para o cérebro, em consequência, há interferência no raciocínio lógico, e o corpo se prepara para reagir à fonte de perigo e para, em última instância, sobreviver (OLIVEIRA; GOMES; FLORES, 2001, p. 286).

Em situações assim, a adrenalina é lançada na corrente sanguínea, buscando instintivamente aumentar a força física do indivíduo e seu rendimento e diminuir a sensação de dor. Técnicas especiais são necessárias para superar os problemas destas reações de sobrevivência.

O policial, ou mesmo o cidadão, que precisa usar a sua arma para se defender ou defender outra pessoa, poderá passar pelas diversas influências dos efeitos citados, além de, na ocasião em que necessitar realmente usar a arma, ficar em dúvida a partir dos efeitos psicológicos, com a criação de diversos bloqueios para a tomada de uma decisão, tais como o medo de responder a um processo judicial pela ação, a decisão de ter que tirar a vida de alguém. Principalmente se for

a primeira vez e, ainda, poderá desenvolver bloqueios de ordem ideológica ou religiosa (OLIVEIRA, 2013).

Segundo Vasconcelos (2015), o tema acerca de sobrevivência policial é muito bem difundido e explicado em escolas policiais que, na verdade, trata-se de um conjunto de procedimentos e de técnicas que levam gradativamente o agente da lei a aumentar consideravelmente o seu grau de possibilidades de sobreviver a um confronto armado.

Alguns especialistas chamam de “pentágono da sobrevivência”, entretanto o termo ‘círculo’, utilizado por Lima (2011), em sua obra *Atividade Policial e o Confronto Armado*, parecem ser bem mais coesivos, até mesmo para a sobrevivência de não policiais, pois se torna uma reprodução dinâmica que representa o todo. Este círculo tem cinco componentes de igual valor e quase iguais no peso: 1) Preparação mental, 2) Preparação física, 3) Equipamentos, 4) Habilidades em tiro e 5) Preparação tática. Ao empregar o círculo, a pessoa, individualmente, deverá desenvolver todas as áreas para que lhe seja garantida uma melhor possibilidade de sobrevivência (FIGURA 1).

Figura 1 – Círculo da Sobrevivência



Fonte: LIMA, 2011

Cabe registrar que todo Círculo da Sobrevivência sempre deverá ser atualizado, ou seja, sempre surgirão novos equipamentos, novas táticas e novos conceitos em geral que não deverão ser privados do conhecimento das pessoas que

precisam se defender. Entretanto, não se deve esquecer de que o círculo sempre será de responsabilidade individual (VASCONCELOS, 2015).

Mas a sobrevivência policial se dá em outros níveis. É preciso sobreviver legal e moralmente, pois um erro será julgado nos tribunais e pelo senso comum. Também o policial necessita sobreviver psicologicamente, com a possibilidade de estresse e traumas acumulados e ignorados ao longo da carreira.

4.3 Aspectos técnicos sobre a dinâmica de combate com armas de fogo

A análise dos locais de crime sob a ótica da balística forense visa compreender a dinâmica dos fatos a partir dos vestígios deixados pelos disparos de arma de fogo, além da própria arma e munições. Desta forma a determinação da trajetória do projétil, a estimativa da distância do disparo, os sentidos do disparo entre outros vestígios constituem alguns tópicos específicos abordados por essa área. A análise de orifícios de impacto de projeteis fornece por meio de técnicas, o provável sentido percorrido pelo projétil e, em conjunto com outros vestígios encontrado no local, pode auxiliar a determinação da posição do atirador (VELHO et al., 2013).

De acordo com Dal Magro e Kraemer, (2017) os efeitos produzidos por armas de fogo e pelos projeteis disparados por elas produzem características capazes de contextualizar a dinâmica do evento. Analisando cada detalhe com muita atenção é possível descrever o que ocorreu momentos antes naquele local. É possível determinar o sentido dos disparos e a ordem cronológica em que aconteceram. O sentido dos disparos é estabelecido após a observação da cena do crime e dos vestígios deixados nela. O cone de transfixação e os filetes retilíneos são fundamentais para isto. É possível perceber através das linhas de ruptura radiais e concêntricas qual dos disparos foi realizado por primeiro.

É importante ressaltar que em um evento como esse confronto armado, é muito fácil julgar estando fora do cenário da crise, sentado frente à televisão, raciocinando sem uma alta carga de adrenalina no sangue, observando todos os pontos cruciais para combater o perigo da melhor forma. Entretanto, a diferença entre sobreviver ou não, está em como o agente lida com tal estresse, ou seja, raciocinar mesmo tendo pouco tempo e com tantos efeitos fisiológicos afetando seu corpo.

Oliveira (2013), define 7 componentes cruciais para a sobrevivência, psicologia de sobrevivência, inteligência de sobrevivência, entendendo a seleção da vítima, reconhecendo o comportamento predatório, táticas preventivas, teoria da opção repostada, método de treino.

No primeiro componente, psicologia de sobrevivência, o agente tem que ter em mente que ele é o responsável por sua segurança e isso deve ser feito através de treinamento mental e físico. Para isso ele deve desenvolver o estado de alerta, que é a habilidade de observar e tentar prever possíveis situações de perigo. Outro ponto importante é o controle do medo, que através disso ele conseguirá agir de maneira rápida e eficaz.

No segundo componente, inteligência de sobrevivência, o agente deve colher informações que estão ao seu redor, aprender com os erros dos outros, observarem estatísticas, situações diferentes a fim de poder reconhecer melhor quando algo parecido for acontecer.

O terceiro componente é necessário para que o policial entenda qual o tipo de vítima ideia para ser atacada, e conseqüentemente tomar aquela vítima como exemplo do que não ser, melhorar sua postura, estar sempre atento. Esses pontos já fazem com que o agressor não o veja como uma vítima fácil.

O quarto componente nos proporciona a diferenciar e perceber aspectos de pessoas que possivelmente podem cometer algum delito, a maioria dos sinais é não verbal. O autor explica, ainda, que existem, essencialmente, dois tipos de criminosos de que se deve ter conhecimento: o predador e o oportunista. O primeiro é metódico em sua abordagem, pois escolhe o local e seleciona a vítima adequada. Já o segundo, ao contrário daquele, é emocionalmente instável e inclinado a explosões de violência.

O quinto componente, são os passos que as pessoas podem dar para reduzir a probabilidade de um crime acontecer, cada pessoa pode fazer o que achar melhor de acordo com sua rotina.

O sexto componente, define 5 opções de resposta perante a uma situação extrema: obediência/congelamento/submissão, desescalada, intimidação, fuga, enfrentamento/luta. A escolha de qual método será usada varia de acordo com a situação e as circunstâncias em que a vítima está submetida, para isso deve-se ter em mente o conhecimento de todos para saber quando melhor aplicar cada uma.

Já o último componente, método de treino, diz que a efetividade das habilidades de autodefesa é resultado de um processo gradual de treino e prática, ou seja, o policial sempre deve estar treinando e revendo conceitos, estudando e procurando métodos, a fim de desenvolver uma memória muscular instintiva.

Compactuando com tais ideias, Grossman (2013), definem níveis de alerta da pessoa perante as situações. São eles: branca, amarela, vermelha, cinza e preta, e para cada situação o corpo está em um nível de estresse fisiológico e psicológico diferente.

Na condição “branca”, a pessoa está em seu nível mais baixo de prontidão, sem achar que nada de ruim pode acontecer, ou seja, está totalmente despreocupada. Entretanto quando o agente se move para o nível básico de agilidade e prontidão, um lugar onde se está psicologicamente pronto para um combate, este então é o chamado “nível amarelo”.

A diferença entre esses níveis é mais psicológica do que fisiológica, porém de acordo com os autores, acima de do nível amarelo, já há uma diferença perceptível a níveis fisiológicos. Conforme Grossman (2013, p.17), “Há uma zona que existe, geralmente entre 115 e 145 batidas por minuto (bpm), onde você está em seu ótimo nível de sobrevivência e desempenho de combate. Chamemos isto, de Condição Vermelha”.

Nessa fase as habilidades de reação visual, motora e cognitiva estão no pico, porém as habilidades motoras começam a se deteriorar, começando pelas habilidades complexas. Acima de disso, entre 150, 175 bpm, a pessoa entra nos níveis mais críticos, que são o cinza e o preto e então sentem os níveis mais drásticos das perdas de coordenação motora, visual, entre outras, como: perda de percepção de profundidade, exclusão auditiva, visão de túnel, paralisia, perda de visão periférica.

Segundo o autor, o nível ideal para o agente se manter é nível amarelo, por tanto ele deve treinar para se acostumar com esse nível e se manter nele durante qualquer situação. E isso seria possível através da inoculação de pequenas doses de estresse.

De acordo com o autor, o treinamento deve ser levado a sério:

Crie um ambiente no qual sua gente queira treinar e ser inoculada. Não mate seus combatentes. Não deixe que perdedores saiam do local de treinamento. Não fale nenhuma bobagem sobre seus alunos. Punir de forma reservada e elogiar em público. Este é o modo que o combatente-treinador, um *sensei*, cria um ambiente de treinamento no qual o espírito de combatente é criado e os seus combatentes querem treinar (GROSSMAN, 2013, p.130).

4.4. Quebrando paradigmas sobre a sobrevivência policial e o combate armado

No decorrer da sua atividade laboral, o policial militar vivencia uma miríade de situações nas quais tem que decidir acertadamente, sob circunstâncias desfavoráveis de tempo e de estresse. Nesse cenário, nasce uma segunda categorização de risco bastante evidenciada e temida pelos policiais militares, que é a possibilidade de um erro de julgamento que acarrete em uma decisão equivocada, ou a participação em uma operação que resulte em morte ou ferimentos de inocentes e que tragam consequências administrativas e jurídicas adversas (MELLO; NUMMER, 2017).

Oliveira (2013) é um dos autores que alerta para o fato de que o cérebro não trabalha normalmente sob situações de estresse e que pressão e medo prejudicam a habilidade de pensar lógica e criativamente.

LeDoux (2001), que demonstra várias alterações fisiopsicológicas (e involuntárias) nos seres humanos levados à reação de sobrevivência, como a “visão em túnel” (diminuição do campo visual), a “redução ou anulação auditiva” do que se passa ao redor, perda temporária de memória, comportamentos descontrolados, ações repetitivas, perda das habilidades motoras finas etc.

É inequívoco que o uso da força letal pela polícia traz enormes consequências para a sociedade. Porém, o policial também é altamente impactado. Ele sabe que cada decisão sua certa ou errada, trará consequências para o resto de sua vida. Durante o confronto ele tem preocupações adicionais que transcendem o perigo iminente de morte ou ferimentos graves. Diversas perguntas devem ser respondidas adequadamente nas frações de segundos que antecedem sua tomada de decisão (MELLO; NUMMER, 2017).

Burrows (2007) garante que as consequências de uma decisão de usar a força letal representam, para muitos policiais, uma “nova realidade” que os separa

de seus colegas e, em algumas vezes, tem repercussão em seus relacionamentos pessoais e profissionais.

Dror (2007) salienta o quanto a percepção e a tomada de decisão são peças-chave para o performance policial. Continua argumentando que decidir pelo uso da força envolve uma considerável e complexa equação de consequências e probabilidades de diferentes alternativas, e que tal decisão é fortemente baseada na percepção do risco que, por sua vez, é dependente de uma variedade de percepções, mecanismos cognitivos e experiência.

A exposição voluntária a riscos pode ser entendida como uma forma radical de escapar das “rotinas institucionais” da vida contemporânea, ou uma expressão especialmente pura dos imperativos culturais e institucionais da ordem social emergente ou, em outras palavras – no âmbito da linguagem da teoria social –, como “adquirir e utilizar aptidões finamente aperfeiçoadas e vivenciar intensas sensações de autodeterminação e controle, propiciando assim uma escapatória de condições estruturais que apóiam uma alienação e socialização excessiva” (BLASTLAND; SPIEGELHALTER, 2015, p. 230).

O desejo pela exposição voluntária ao perigo e pela ousadia como opção de escolha profissional apresenta o risco dentro de uma conotação positiva e muitas vezes necessária, que fazem parte do *ethos* do trabalho policial. Nas palavras de Minayo, Souza e Constantino (2008, p.188): “Quem não se arrisca está fadado à morte no sentido real e simbólico”.

Quando trazemos para a prática, percebemos que esse assunto sobre combate armado, está rodeado de paradigmas, ou pode assim dizer, mitos, devido a uma grande divulgação de conceitos equivocados pelos meios de comunicação e que por vezes são ditos por falsos especialistas no assunto.

Com isso, é criada no imaginário popular uma ideia que foge à realidade do que realmente acontece no combate armado, como, por exemplo, dizer se foi ou não excesso o agente ter desferido vários disparos contra o agressor. Portanto é necessário conhecimento sobre poder de parada, “*stoppingpower*”, e algumas noções de balística a fim de compreender o poder do armamento e sua capacidade de cessar uma agressão.

Conforme Vasconcelos (2015), a maioria das pessoas que leva um tiro, sente apenas a sensação de uma picada, desde que não seja no cérebro. Levado

em conta que o agressor não esteja sob efeito de álcool ou algum tipo de entorpecente, pois então a situação seria diferente.

Segundo Vasconcelos (2015, p.61), “Se ele estiver sob efeito de álcool ou de drogas, poderá levar vários tiros sem perceber e ainda continuar em atitude ofensiva”. É importante perceber também da intenção do agressor, pessoas determinadas a cometer o crime podem superar as expectativas diante de várias situações.

Entendendo isso, ele explica que:

Existem diversos fatores fisiológicos e psicológicos que afetam a possibilidade de incapacitação de um alvo humano, assim como a compleição física dele. Sabe-se que os fatores psicológicos assumem posições diversas. Por exemplo, um indivíduo consciente do ferimento, com medo da morte e sentindo dores, fatalmente será conduzido a uma rápida incapacitação. No entanto, pode também retardá-la, pois um indivíduo com fortes emoções, como o ódio, poderá ser estimulado a lutar, mesmo estando ferido. (VASCONCELOS, 2015, p.61)

Portanto, tudo depende da situação, há estudos que mostram que pessoas só de ouvir os disparos já caíram e outras mesmo após levarem vários continuaram de pé. Entretanto algumas pessoas imaginam, devido à má informação ou a falta de conhecimento sobre o poder de parada, que um tiro com uma munição específica ira deter alguém mais rápido, porém se esquecem que o fator que mais contribui na parada de ação do agressor é o local onde ele é atingido, ou seja, a topografia corporal.

O conceito de “*stoppingpower*” surgiu para definir o poder que a munição tem de incapacitar imediatamente (dentro de 2 segundos) o agressor, porém uma pessoa mesmo ferida em órgãos vitais é capaz de ficar de pé e reagir pelo menos pelos próximos 10 a 15 segundos.

Conforme Vasconcelos (2015, p. 67):

Já é comprovado que, mesmo com a aorta ou o coração seriamente comprometido, um indivíduo poderá não cair instantaneamente; ao contrário da lesão, se o ponto de entrada do projétil ocorrer na medula ou no cérebro, geralmente a queda e incapacitação do indivíduo acontece imediatamente.

Portanto, vários treinamentos policiais atuais usam o método de atirar até que a agressão tenha sido cessada, e isso não inclui apenas que o agressor tenha

caído, pois como pode ser visto em vários vídeos na internet, agressores no chão conseguiram disparar contra o policial.

Andrade (2008, p. 21-22), por sua vez, aborda esse tema da seguinte maneira:

Para a paralisação e incapacitação do alvo humano, importa as dimensões e a localização do ferimento, e não apenas o calibre e o tipo de munição empregada. Com exceção dos tiros no cérebro e na coluna cervical, o conceito de imediata incapacitação com tiros no torso não passa de um mito. Uma grande variedade de efeitos físicos, fisiológicos e psicológicos afeta a probabilidade de incapacitação. Considere-se que a hemorragia leva à incapacitação, mas não de modo imediato. Estudos mostram que um homem tem oxigênio no cérebro suficiente para mantê-lo em ação durante 10 a 15 segundos após ter o seu coração destruído por um tiro.

Fatores psicológicos são muito importantes para alcançar uma rápida incapacitação mediante tiros no torso. Consciência do ferimento, medo da morte, sangramento e dor. O problema é que fatores psicológicos também são causadores de falha na incapacitação. Força de vontade, instinto de sobrevivência e fortes emoções, como ódio ou fúria, podem estimular um indivíduo a continuar lutando, mesmo após gravemente ferido.

Produtos químicos podem retardar a incapacitação. Adrenalina estimulante, anestésicos, eliminadores de dor e tranquilizantes podem retardar a incapacitação pela supressão da dor ou inconsciência do ferimento. Um dos efeitos de drogas como cocaína e heroína é fazer com que o indivíduo sintasse dissociado do seu corpo. Ele vê e experimenta o ferimento em seu corpo, mas como um observador externo não afetado, ele continua a usar o corpo para lutar ou resistir.

É possível observar então, como a desinformação de certos críticos levam eles a acreditar que apenas 1 ou 2 disparos sejam necessários para incapacitar uma pessoa, e que tudo além disso seria excesso.

Outro ponto importante que também causa dúvidas em várias pessoas é quanto a reação contra agressores armados com lâminas, algumas pessoas acham que seria errado o policial agir diante de uma pessoa armado com faca, entretanto o policial deve manter o chamado, perímetro de segurança.

Alguns estudos mostram que a distância mínima para uma pessoa com arma de fogo agir contra alguém que está com uma faca seria de mais ou menos 6 a 7 metros de distância, menos que isso a pessoa com arma de fogo estaria prejudicada, pois poderia nem mesmo conseguir sacar seu armamento, então teria que usar outras técnicas para se desvencilhar.

Segundo Vasconcelos:

Normalmente, seis metros é a distância mínima que um policial deve manter de um suspeito por ocasião de uma abordagem, pois em distâncias inferiores a esta, torna-se difícil o sacar a arma do coldre e dispará-la antes de sofrer uma ação como, por exemplo, uma facada do oponente. (VASCONCELOS, 2015, p.199).

Corroborando com tal ideia, Betini (2011) ressalta que pesquisadores da *Force Science Research*, fizeram teste de situações semelhantes e obtiveram os seguintes resultados. Em média o primeiro disparo de emergência efetuados por pessoas treinadas ocorreu em 1,7 segundo, e o mais lento levou 2,2 segundos. Porém, foi calculado que um suspeito, portando uma faca, levou 1,5 a 1,7 segundo para sair de sua posição de repouso até uma distância mortal de 6 metros. Portanto é necessário que o policial sempre mantenha a distância dentro deste tipo de situação.

Outro fato bastante discutido por pessoas leigas seria a ação de atirar nas pernas ou nos braços do agressor, entretanto, partindo do pressuposto que a maioria dos órgãos vitais se encontra na área do tronco, e que o policial visa cessar a agressão causando choque hipovolêmico no agressor, não a cabimento para que esse tipo de ação fosse executada, além de essas áreas extremas do corpo serem menores e mais difíceis de acertar. Outro fato que as pessoas também esquecem é que caso atirasse nas pernas ou nos braços, isso não seria garantia de menos letalidade, tendo em vista que nas pernas, por exemplo, há grandes vasos sanguíneos e que se atingidos poderiam causar uma hemorragia mortal.

Portanto, ter em mente tais conceitos é de suma importância para o agente poder reagir de maneira adequada, preservando sua integridade e das pessoas ao seu redor.

4.5 Medidas de autoproteção frente a vitimização policial

Spode e Merlo (2006), Oliveira e Santos (2010), Minayo, Souza e Constantino (2007, 2008), Constantino (2012), Constantino, Ribeiro e Correia (2013), dentre outros, debatem o risco do ponto de vista de como ele é percebido pelos policiais e o papel estruturante que o risco desempenha em todos os aspectos do seu trabalho.

Esses autores concordam que os policiais constituem uma categoria profissional bastante vulnerável à produção de sofrimento psíquico, ao elevado

estresse, e a um sem número de situações de riscos epidemiológicos e sociais, pois seu trabalho é marcado por um cotidiano em que a tensão e o perigo estão sempre presentes, uma vez que “seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam” (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 18).

As autoras Minayo e Souza (2003) constataram, em suas pesquisas, que durante uma situação de confronto com o perigo, a sensação da adrenalina percorrendo o corpo é tão prazerosa que ofusca o sentimento de medo presente. Na mesma direção caminha La Mendola (2005, p. 86) ao afirmar que,

O impulso para arriscar-se trabalha, de qualquer modo, no interior das personalidades; permanece a necessidade de demonstrar o próprio valor a si mesmo e aos outros, ainda que com características de tipo narcisístico ou exibicionista.

Ser policial já é por si só, um risco. E este risco se apresenta numa intensidade ainda maior quando o policial está fora de serviço. As razões para explicar tal fenômeno necessitam de um estudo mais aprofundado, mas, pela experiência profissional destes autores e pelos “estudos de caso” das circunstâncias que envolvem a morte de policiais fora de serviço, podem-se apontar algumas possíveis causas:

1) as técnicas e táticas que são apreendidas pelo policial nos cursos de formação e especialização pouco se aplicam nos cenários onde ele estará sozinho, isto é, sem um policial que lhe sirva de cobertura, sem os equipamentos de segurança individual e de comunicação que utiliza durante o serviço e, mais ainda, sem o apoio imediato institucional de outros policiais de serviço; 2) policiais fora de serviço são vítimas de emboscadas, onde os marginais têm como manipular as variáveis de tempo, local e *modus operandi* com que vão atacar; 3) algumas vezes, esses policiais são reconhecidos pelos marginais (em função da sua *hexis* corporal, de tatuagens indicativas, pelo linguajar etc.), ou são identificados como policiais no momento da abordagem para o cometimento do delito; 4) há situações onde o policial, mesmo estando à paisana e fora de serviço, se sente compelido (pelos dispositivos legais, pelos vizinhos ou pela sociedade) a reagir ao presenciar um assalto.

Esta percepção de risco foi comprovada pelos resultados da pesquisa “Vitimização e percepção de risco entre profissionais do sistema de segurança pública”, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2015, ao mostrar que 74,9% dos policiais apresentam um temor alto, ou muito alto, de ser vítima de homicídio estando fora de serviço. A mesma pesquisa indica que 77,5% dos policiais

militares do Brasil tiveram algum colega próximo vítima de homicídio fora de serviço (BUENO; HANASHIRO, 2015).

Mello e Nummer (2014) observaram que o policial que trabalha em cidades do interior do estado tem uma percepção de perigo diferente daquele que exerce suas funções na capital. Dessa forma, quando ele muda de ambiente, sua percepção de risco fica alterada e o policial do interior se sente mais inseguro na capital, já que sua postura, suas habilidades no trânsito, seu comportamento, sua hexis corporal, suas “verdades” e todo o repertório técnico, que funcionam tão bem e lhe garantem a segurança no interior, podem não servir (e geralmente não servem) na capital.

5 METODOLOGIA

Esse estudo teve por intuito alcançar uma pesquisa aplicada, uma vez que utilizará conhecimento da pesquisa fundamental para decidir problemas. Para um melhor tratamento dos objetivos e melhor apreciação desta pesquisa, observou-se que ela foi classificada como pesquisa exploratória. Detectou-se também a necessidade da pesquisa bibliográfica no momento em que se fez uso de materiais já organizados: livros, artigos científicos, revistas, documentos eletrônicos e enciclopédias na busca e alocação de conhecimento sobre sobrevivência policial como forma de demonstrar a importância do treinamento policial para a tomada de decisão, correlacionando tal conhecimento com abordagens já trabalhadas por outros autores.

Desta maneira realizou-se um levantamento bibliográfico foi essencial e ocorreu por meio de obras científicas, livros, manuais técnicos, legislação inerente ao assunto, outras obras de cunho similar que buscaram analisar um objeto parecido, principalmente pela especificidade militar:

Realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além. É munir-se com condições cognitivas melhores, a fim de: evitar a duplicação de pesquisas, ou quando for de interesse, reaproveitar e replicar pesquisas em diferentes escalas e contextos; observar possíveis falhas nos estudos realizados; conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas; desenvolver estudos que cubram lacunas na literatura trazendo real contribuição para a área de conhecimento; propor temas, problemas, hipóteses e metodologias inovadoras de pesquisa; otimizar recursos disponíveis em prol da sociedade, do campo científico, das instituições e dos governos que subsidiam a ciência (GALVÃO, 2010, p. 01).

Quanto à finalidade, o estudo assume um caráter exploratório, por sua vez, proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele através de principalmente do levantamento bibliográfico. Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso (GIL, 2010).

A abordagem do tratamento da coleta de dados da pesquisa bibliográfica será mista, qualitativa e quantitativa. Qualitativa, uma vez que, a pesquisa bibliográfica implica em que os dados e informações necessárias para realização da pesquisa sejam obtidos a partir do apuramento de autores especializados através de livros, artigos científicos e revistas especializadas, entre outras fontes.

A pesquisa qualitativa pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados (VIEIRA; ZOUAIN, 2006).

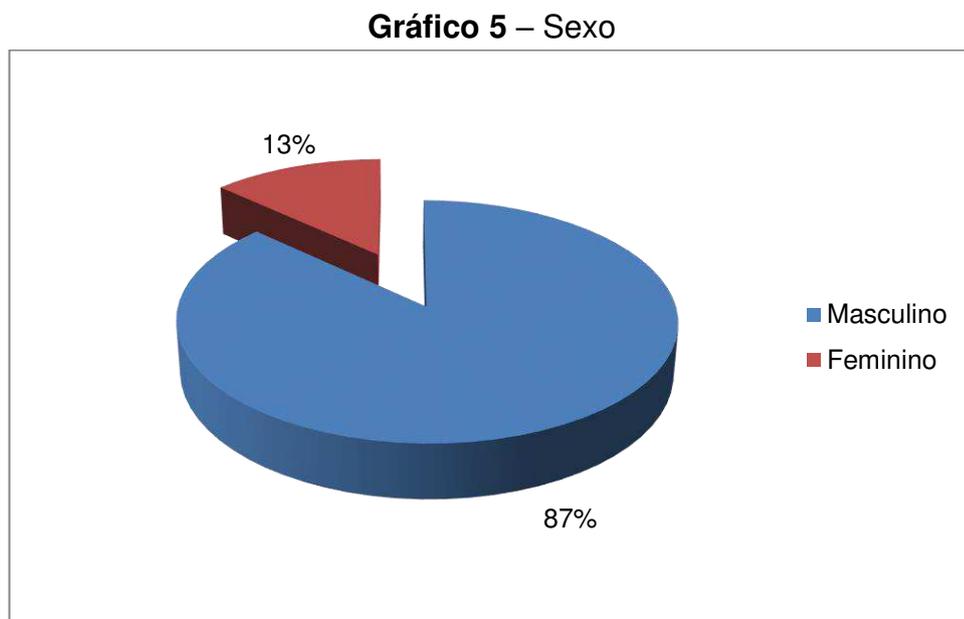
E ainda quantitativa, uma vez que serão utilizados os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) pesquisa quantitativa é caracterizada pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999).

A partir da pesquisa qualitativa e quantitativa, a análise dos dados se deu através da aplicação de questionário online, estruturado em 20 perguntas objetivas e 5 perguntas subjetivas, afim de traçar um perfil técnico, pessoal e profissional dos policiais.

A pesquisa basear-se-á em livros, artigos científicos, que versam sobre sobrevivência policial, legítima defesa, uso diferenciado da força e outros temas semelhantes, além de dados anuários disponíveis no FBSP, e a utilização de alguns autores, como por exemplo, Leandro (2017), Oliveira (2018), Lima (2011).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a pesquisa realizada com 84 policiais no período de 17/04/2020 a 21/04/2020, por meio de questionário online, estruturado em 20 perguntas objetivas e 5 perguntas subjetivas, afim de traçar um perfil técnico, pessoal e profissional dos policiais.

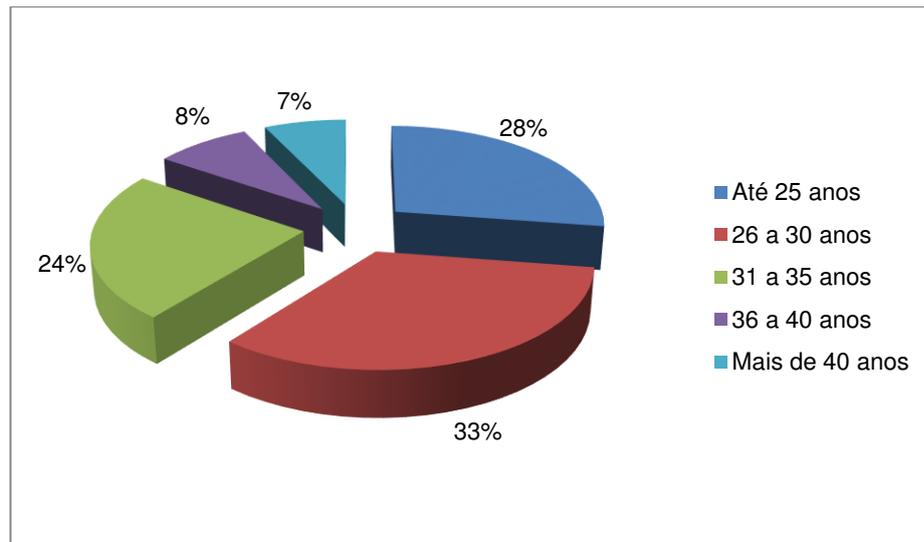


Fonte: O autor, 2020

De acordo com o gráfico 5, quanto ao sexo, 87% dos pesquisados são do sexo masculino, seguido de 13% do sexo feminino.

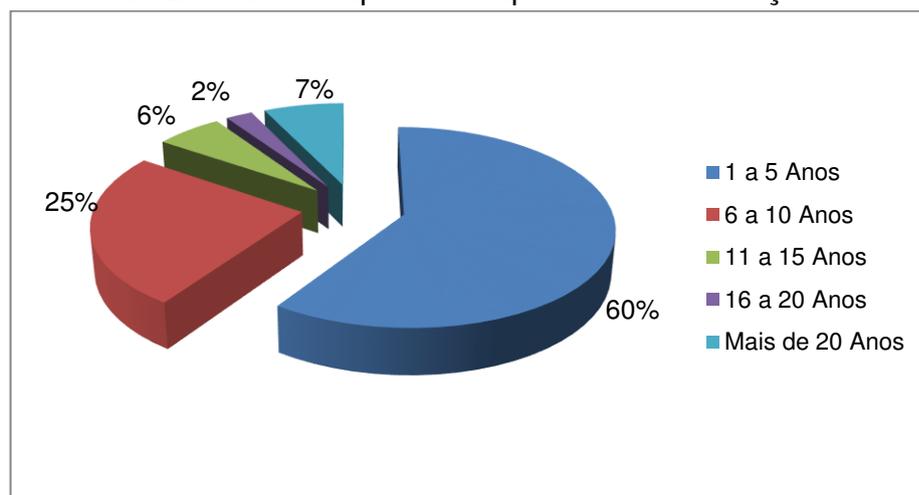
Rosário (2017, p, 76) traz uma tabela que dispõe o efetivo existente por postos, graduações e gênero na Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 2017, onde 10% do número total de policiais da ativa são do sexo feminino e 90% dos integrantes são do sexo masculino.

Isso dar-se ao fato que policiais mulheres, dificilmente assumem os mesmos riscos que os homens, isso significa que o espírito policial seja menos presente na mulher, mas indica que elas são mais cautelosas (OLIVEIRA, 2018).

Gráfico 6 – Faixa etária

Fonte: O autor, 2020

Conforme o gráfico 6, quanto a faixa etária, 33% estavam entre 26 a 30 anos, seguido de 28% até 25 anos e 24% entre 31 a 35 anos. Nota-se que essa faixa etária é confirmada por pessoas que já sabem o que querem em relação a defesa da comunidade ao qual presta serviços

Gráfico 7 – Há quanto tempo está na instituição

Fonte: O autor, 2020

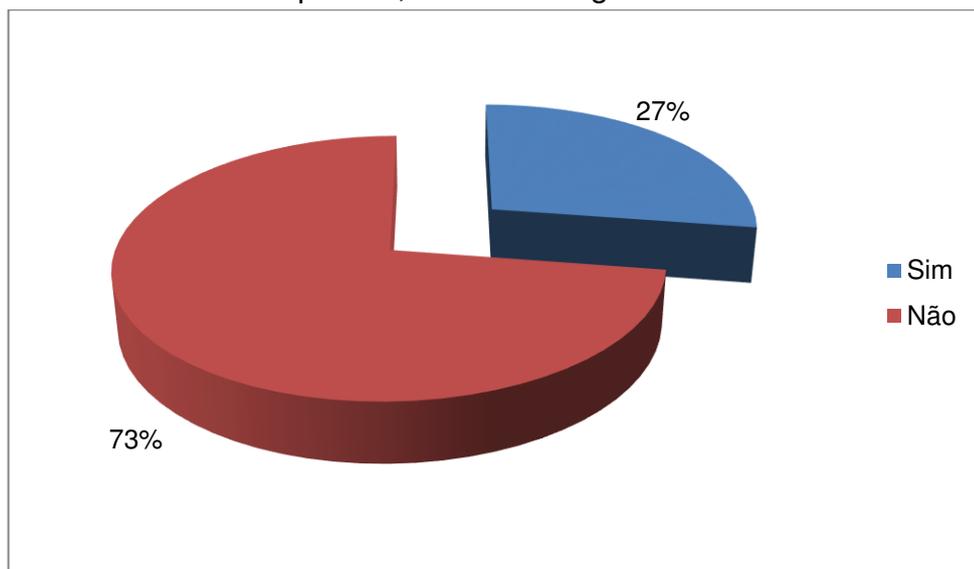
O gráfico 7, mostra que 60% estavam na instituição de 1 a 5 anos, 25% entre 6 a 10 anos e 7% mais de 20 anos.

De acordo com Duarte (2019) o tempo de serviço contado até os 5 anos de carreira engloba o tempo passado como aluno dos cursos de formação, que para a praça é de 9 meses e para oficial é de 3 anos. Assim, nesse período, os policiais, por serem candidatos ainda em formação, não recebem armas (exceto quando se

encontram em serviço ou período de estágio), e não andam fardados fora dos estabelecimentos de ensino. Esta circunstância influencia nas baixas taxas de vitimização.

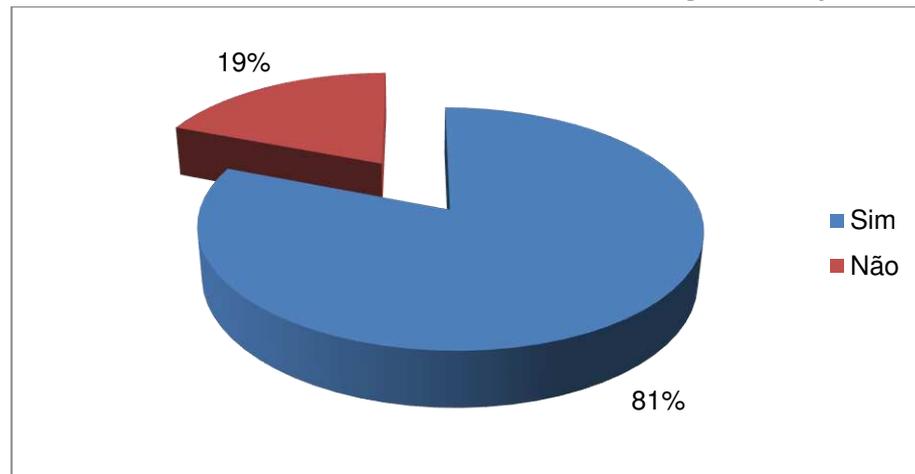
Em virtude do ingresso recente na instituição, estes profissionais ainda não adquirem certas posturas e trejeitos característicos (o “habitus”) que possibilitam sua identificação como policiais militares, o que dificulta o reconhecimento pelo criminoso em determinados ambientes fora de serviço.

Gráfico 8 – Antes de ser policial, você teve algum contato com armas de fogo



Fonte: O autor, 2020

Tem-se no gráfico 8, 73% dos entrevistados teve contato com armas de fogo, mostra ainda que, 27% não tiveram contato, então quando eles entram na instituição, eles esperam que a mesma promova um contato com as armas de fogo, por meio do treinamento e assim, eles praticassem, diante disso, a minoria vai atrás do seu próprio treinamento, o que deu para perceber foi que o próprio policial é responsável pela sua segurança e aptidão.

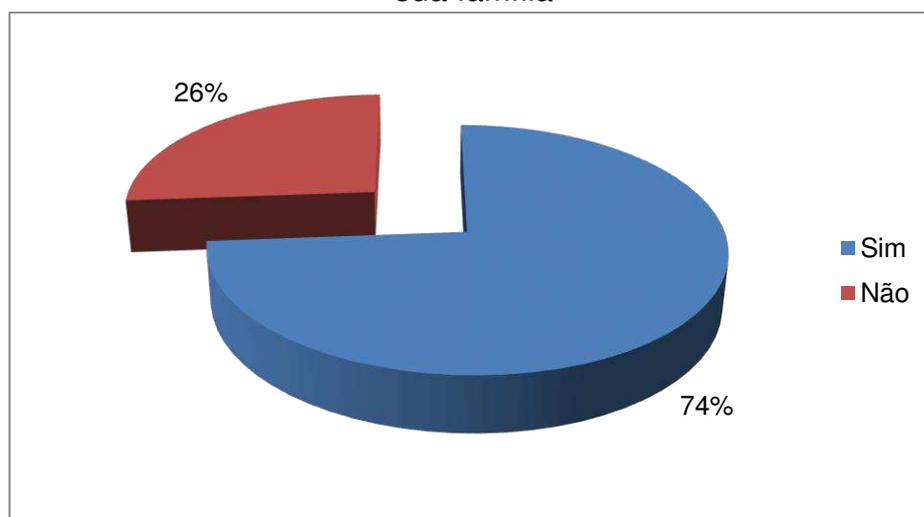
Gráfico 9 – Se desloca armado durante sua folga em trajes civis

Fonte: O autor, 2020

Segundo o gráfico 9, 81% dos entrevistados se deslocam armados durante sua folga em trajes civis.

A partir dessas variáveis amparadas, principalmente, por Cohen, Kluegel e Land (1981) e também por Beato (2004), este trabalho aborda as formas pelas quais a vítima, que no caso é o policial militar em seu horário de folga e em trajes civis, pode se prevenir de crimes violentos como roubo e latrocínio, mas também estabelecer medidas de autoproteção para fazer frente caso não consiga preveni-lo.

A questão a se levantar é se esse policial está ciente desta decisão de portá-la nesta situação ou se está apenas usando de um automatismo e simplesmente colocando-a junto ao corpo, inconsciente dos riscos.

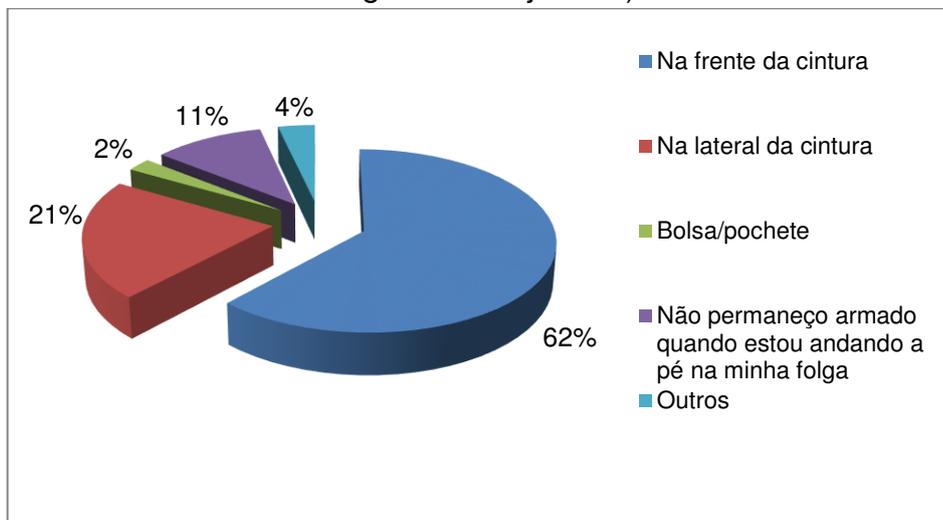
Gráfico 10 – Se desloca armado durante sua folga em trajes civis quando está com sua família

Fonte: O autor, 2020

Pelo Gráfico 10, quando se fala em deslocar-se armado no momento em que se está junto da família o percentual diminui 74% em relação a se deslocar quando se está só ou com outras pessoas.

Apesar de que, ainda a maioria dos policiais militares porta arma de fogo durante a folga e em trajes civis quando estão com sua família. Quando se fala em deslocar-se armado no momento em que se está junto da família o percentual diminui 7% em relação a se deslocar quando se está só ou com outras pessoas. Apesar de que, ainda a maioria dos policiais militares portam arma de fogo durante a folga e em trajes civis quando estão com sua família.

Gráfico 11 – Em qual local porta sua arma quando está andando a pé (durante a folga e em traje civis)



Fonte: O autor, 2020

O Gráfico 11 retrata que a maioria dos policiais militares (62%), quando estão se deslocando a pé durante a folga e em trajes civis, porta sua arma de fogo na frente da cintura. 21% portam a arma na lateral da cintura. Apesar de serem em menor percentual, alguns militares portam suas armas dentro de bolsas ou pochetes (2%). Ocorre que segundo o Guia de Treinamento Policial Básico do 7º biênio - 2014/2015, "os movimentos finos para abrir a bolsa, por exemplo, estarão prejudicados pelo estresse e pela carga de adrenalina que seu organismo recebeu" (MINAS GERAIS, 2014, p. 61).

Bolsas, mochilas e pochetes são frequentemente alvos de ladrões. Em algumas situações, a melhor tática de sobrevivência é simplesmente entregar o que você tem para o assaltante. Mas portar uma arma nesses lugares elimina qualquer outra opção de autodefesa, caso você precise reagir (OLIVEIRA, 2012, n.p).

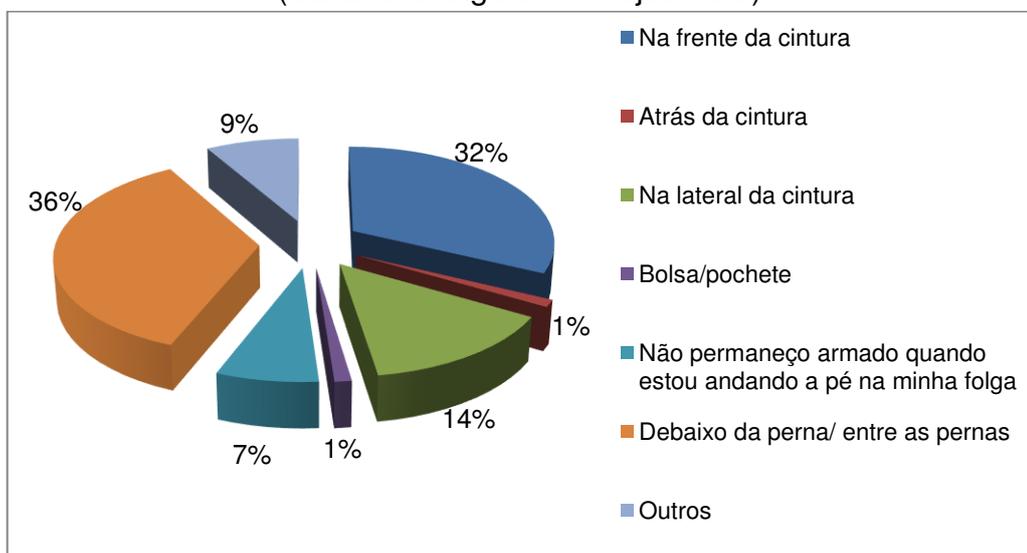
Armas acondicionadas em bolsas, mochilas e pochetes que não foram feitas para este fim não só dificultam uma reação da vítima, mas também facilitam a ação delituosa por parte do criminoso. O objeto mais visado pelo criminoso, no caso a bolsa onde contém a arma de fogo, será sua primeira investida, impedindo ou dificultando o policial militar de sacá-la.

O porte da arma de fogo na frente da cintura, conforme guia de treinamento policial do 7º biênio, é a que se adequa mais à atividade operacional como apetrecho componente do fardamento do policial militar, situação em que a arma é usada de modo ostensivo (MINAS GERAIS, 2014, p. 56).

O porte da arma na cintura, à frente e na lateral, é favorável ao saque rápido, confortável, contudo devem-se usar camisas maiores e mais largas a fim de não aparentar o volume da arma. O porte da arma atrás da cintura também oferece boa discrição durante o deslocamento a pé.

Já o porte da arma de fogo debaixo da axila e no tórax, durante o deslocamento a pé, não proporciona saque fácil, tampouco rápido. Contudo o porte debaixo da axila é mais discreto, devendo ser usado com uma jaqueta. O porte no tornozelo também é discreto, porém além de necessitar de uma calça mais larga, é desconfortável durante o deslocamento a pé, tendo em vista o peso e dimensão da arma.

Gráfico 12 – Em qual local porta sua arma quando está dirigindo o seu carro (durante a folga e em trajés civis)



Fonte: O autor, 2020

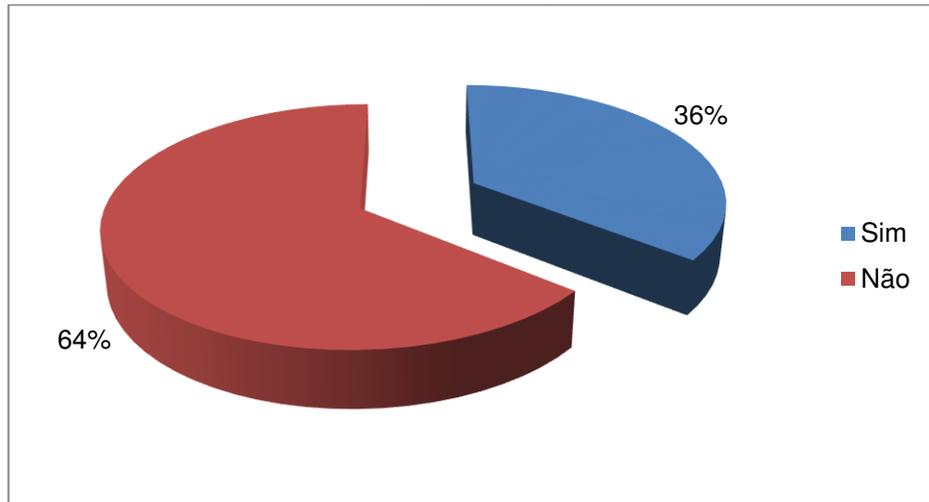
O Gráfico 12 mostra que há predominância da escolha pelo porte da arma na debaixo da perna ou ente as pernas (36%) quando o militar está dirigindo o seu veículo durante a folga e em trajés civis. Em segundo lugar está a preferência pelo porte da arma de fogo na frente da cintura (32%). Observa-se que 14% portam a arma na lateral da cintura.

Nesse viés de colocar a arma entre as pernas ou de baixo de uma delas, o policial militar ou acha que está pronto para o confronto antecipando à abordagem do infrator ou o faz pelo automatismo de uso da mesma prática quando está fardado, dentro da viatura. Se esse policial estiver portando sua arma entre ou debaixo das pernas, na porta do veículo, debaixo do banco, etc., e for abordada pelo autor de roubo, sendo-lhe mandado descer do veículo, sua arma ficará dentro deste. Se esse mesmo agente, ao anunciar o roubo, visualizar a arma de fogo do policial militar, por vontade ou susto, poderá disparar sua arma contra o militar.

Agora se, caso o policial militar opte por manter a arma no cós, na parte de trás da cintura, ele sairá armado do veículo e terá uma chance maior de se defender. Caso contrário, se sua arma for avistada ainda no interior do veículo, a chance de ter prejuízo em relação à sua segurança será maior (MINAS GERAIS, 2014, p. 60).

Há ainda 9% que portam a arma de fogo em outros locais como "entre os bancos do motorista e passageiro, console do carro, na porta do carro, fixada no assoalho, direita ou entre as pernas; espaço próprio, do lado do conector do cinto; afixada abaixo do volante, entre o banco e o freio de mão; uma no assoalho traseiro e a outra na cintura; embaixo do banco do passageiro, debaixo do tapete do motorista, porta copos entre os bancos, abaixo do volante com imã e porta malas".

Gráfico 13 – Utiliza coldre quando está portando sua arma (durante a folga e em trajés civis)

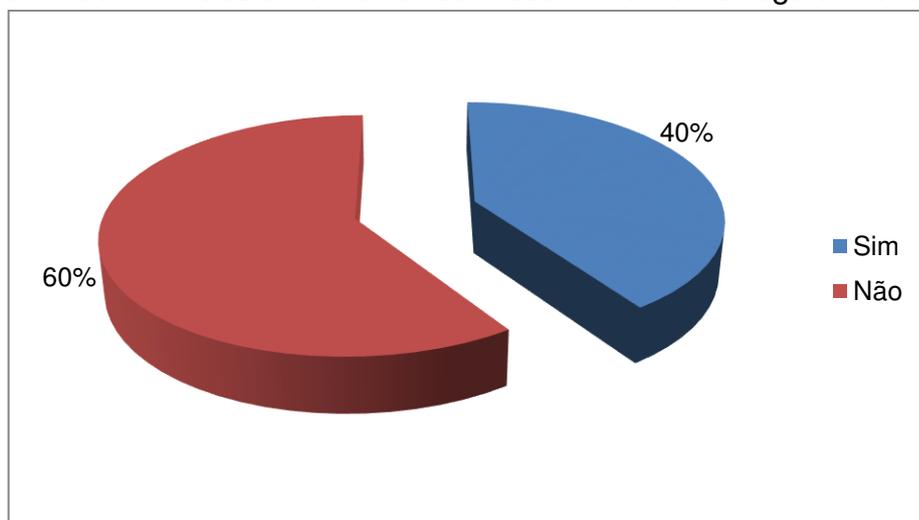


Fonte: O autor, 2020

O gráfico 13, mostra que 64% não utilizam coldre quando estão portando a arma (durante a folga e em trajés civis)

Uma prática errônea no cotidiano policial-militar é o hábito de se conduzir a arma fora do coldre, dentro das viaturas, no patrulhamento ordinário, quando não há necessidade de pronto emprego. Nesses casos, o policial normalmente mantém a arma sobre o colo, entre as pernas, debaixo de uma das pernas ou mesmo nos bolsos das portas da viatura. “Essa prática automaticamente é transferida para o cotidiano do policial militar que passa a empregá-la quando está de folga à paisana, em seu veículo particular” (MINAS GERAIS, 2014, p. 60).

Gráfico 14 – Costuma treinar com seu armamento regularmente



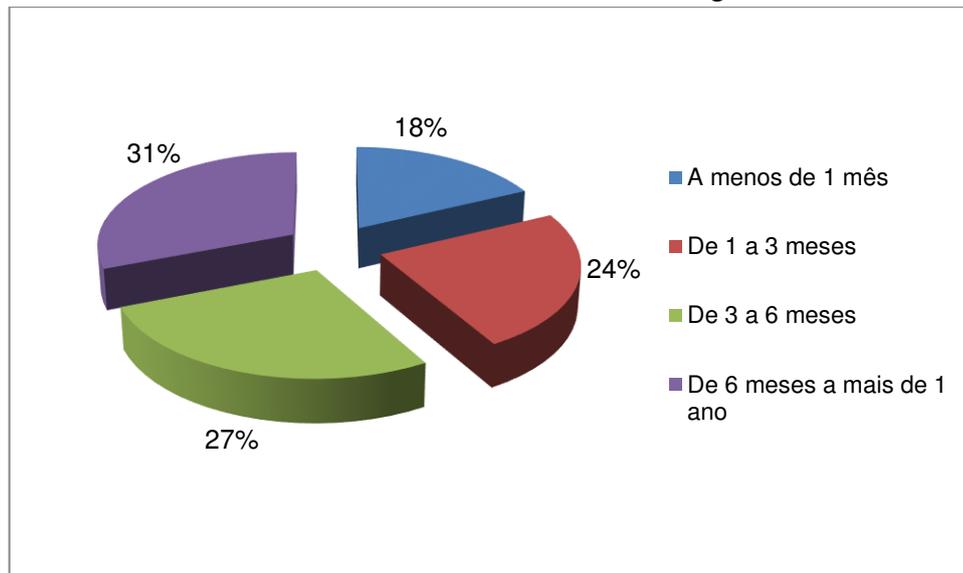
Fonte: O autor, 2020

Segundo o gráfico 14, desses 60% não costumam treinar com seu armamento regularmente. O treinamento é a atividade que se dedica à transmissão de conhecimentos, objetivando suprir deficiências, estimular e desenvolver habilidades, potencialidades visando a um crescimento profissional. Este pensamento necessariamente implica uma mudança de atitudes e de comportamentos.

Assunção (2008, p. 35) menciona que o "treinamento de polícia militar é a atividade de educação continuada, visa atualizar e modificar o comportamento dos militares, no intuito de melhor capacitá-los para exercer sua função policial militar"

Sob esse enfoque, vê-se que por meio do treinamento intenso e repetitivo, o policial militar transforma seus conhecimentos e habilidades adquiridos em atitudes, até o ponto de adquirir memória muscular, automatizando suas táticas para cada caso concreto.

Gráfico 15 – Com base na resposta anterior, qual a última vez que praticou algum treinamento com sua arma de fogo



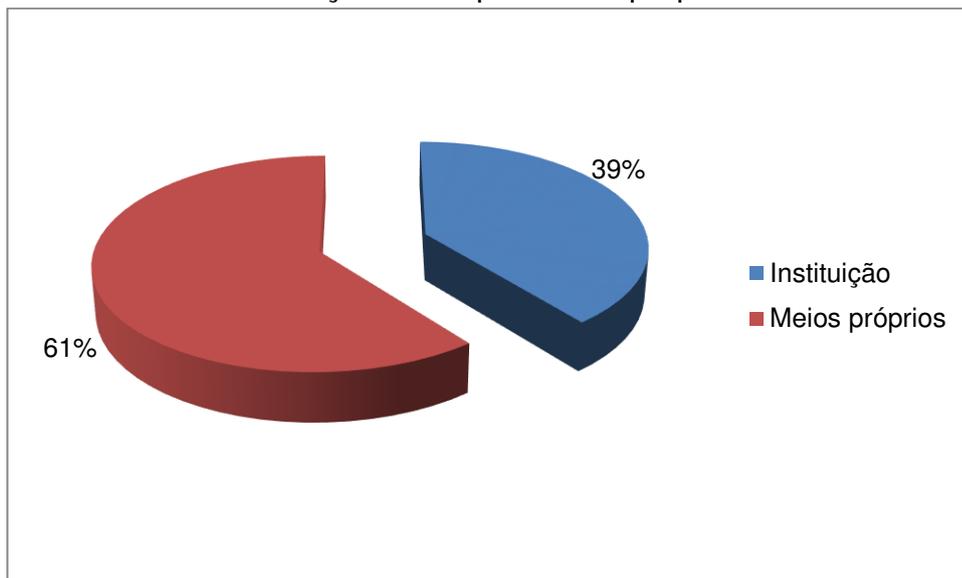
Fonte: O autor, 2020

Conforme o gráfico 15, dos pesquisados, 31% praticaram algum treinamento com sua arma de fogo entre 6 meses a mais de 1 ano, sendo que 27% entre 3 a 6 meses.

O treinamento é a atividade que se dedica à transmissão de conhecimentos, objetivando suprir deficiências, estimular e desenvolver habilidades, potencialidades visando a um crescimento profissional. Este pensamento

necessariamente implica uma mudança de atitudes e de comportamentos. Segundo Chiavenato (2009, p. 389), "treinamento é o processo educacional focado no curto prazo e aplicado de maneira sistemática e organizada através do qual as pessoas aprendem conhecimentos, habilidades e competências em função de objetivos definidos".

Gráfico 16 – Com base na resposta anterior, esse treinamento foi através da instituição ou foi por meios próprios

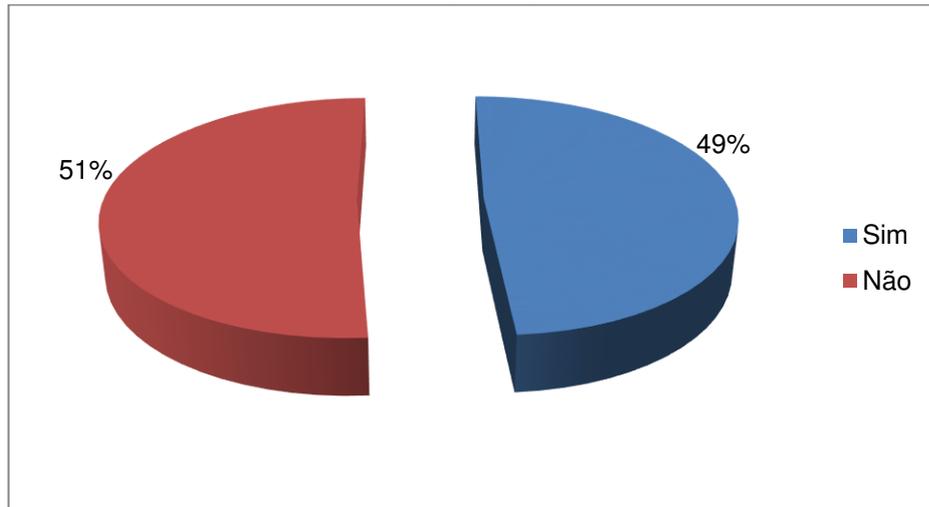


Fonte: O autor, 2020

De acordo com o gráfico 16, 61% desses treinamentos foram através de meios próprios seguindo de 39% que treinaram na instituição. Isso mostra que instituição fez pouco treinamento para os policiais e os que fizeram, tiveram que ir atrás.

O treinamento policial é mais do que a simples transmissão de aptidões particulares. Nele também são conduzidos os valores e princípios contidos no código de deontologia. Esta carência de normas de conduta tem sido objeto de preocupação de policiais e especialistas. Visando preencher esta lacuna, nos últimos anos algumas polícias brasileiras vêm tentando elaborar normas de conduta para determinadas situações do policiamento cotidiano (TRINDADE; PORTO, 2011).

Gráfico 17 – Costumas treinar com seu armamento em casa? (treino a seco, sem disparos)

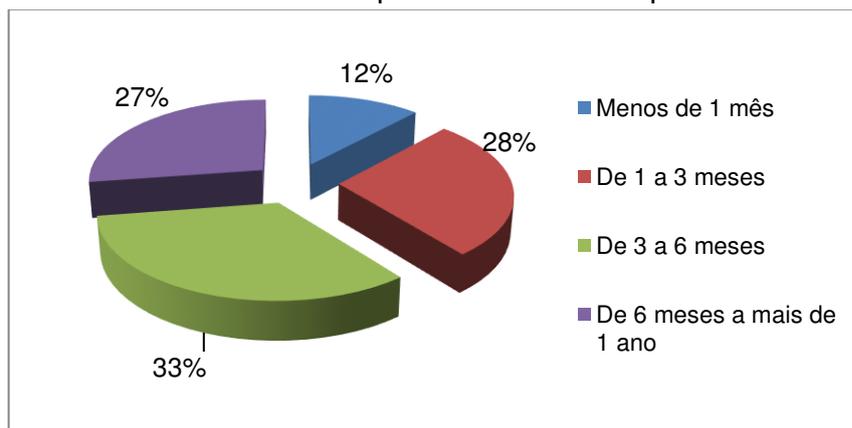


Fonte: O autor, 2020

O gráfico 17, representa 51% não costumam treinar com seu armamento em casa, sendo que 49% treinam. Nota-se que, a maioria não treina em casa, ou não treino a seco, e muitos esperam que a instituição promova algum curso para que eles façam. No entanto, mais da metade não levam em consideração que treinamento não é só atirar.

De acordo com Trindade e Porto (2011) o treinamento policial específico fica restrito às aulas de tiro, ordem unida, treinamento físico e legislação penal, como na maioria das polícias militares brasileiras. Nesses casos, pouca ênfase é dada às situações de contato entre policiais e cidadãos. Sem a afirmação de normas claras de procedimento, não é plausível adaptar as técnicas de ação e o treinamento aos princípios previstos no código de deontologia.

Gráfico 18 – Qual a última vez que realizou um disparo de arma de fogo



Fonte: O autor, 2020

Segundo o gráfico 18, dos policiais 33% a última vez que realizaram um disparo de arma de fogo foi de 6 meses a mais de 1 ano. Isso acontece, por parte desses policiais terem diligência leves, fazendo com que não ocorra o uso de armas de fogo.

De acordo com Pontes e Ramires (2009, p. 22):

Percebe-se que o policial deve se adequar quanto ao uso da arma de fogo e utilizar essa ferramenta conforme a necessidade da situação; contudo; avaliar qual tipo de força será necessário para conter ou neutralizar uma ação delituosa ou que colocaria a vida de pessoas em risco e ainda, se de acordo com o cenário apresentado valeria a pena usar de todas as possibilidades para alcançar o seu objetivo final.

O código penal militar explica por meio do artigo 234, a respeito do emprego da força:

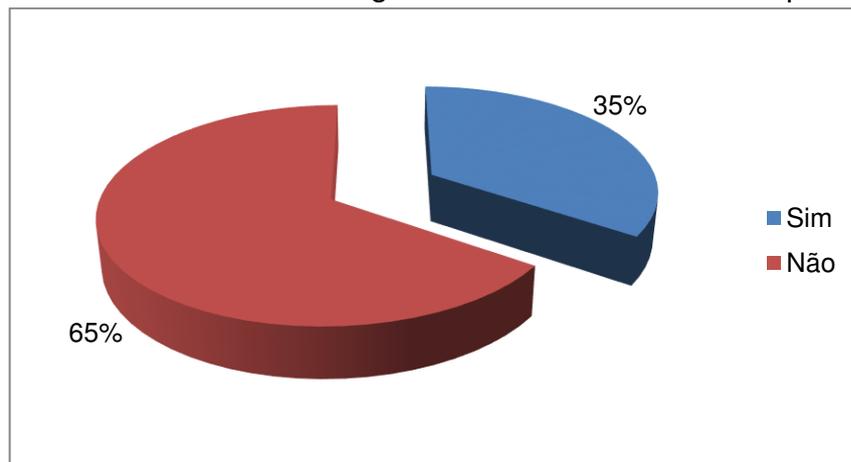
Art. 234. O emprego da força só é permitido quando indispensável, no caso de desobediência, resistência ou tentativa de fuga. Se houver resistência da parte de terceiros poderão ser usados os meios necessários para vencê-la ou para defesa do executor e seus auxiliares, inclusive a prisão do ofensor. De tudo se lavrará auto subscrito pelo executor e por duas testemunhas. Emprego de algemas.

§1º [...].

§2º O recurso ao uso de armas só se justifica quando absolutamente necessário para vencer a resistência ou proteger a incolumidade do executor da prisão ou de auxiliar seu.

Compreende-se que a força é aceita no cotidiano do policial e usada quando o agente de segurança se encontra com casos onde têm tentativas de contestar a lei por parte do ofensor, suspeito ou executor.

Gráfico 19 – Já realizou algum curso de sobrevivência policial



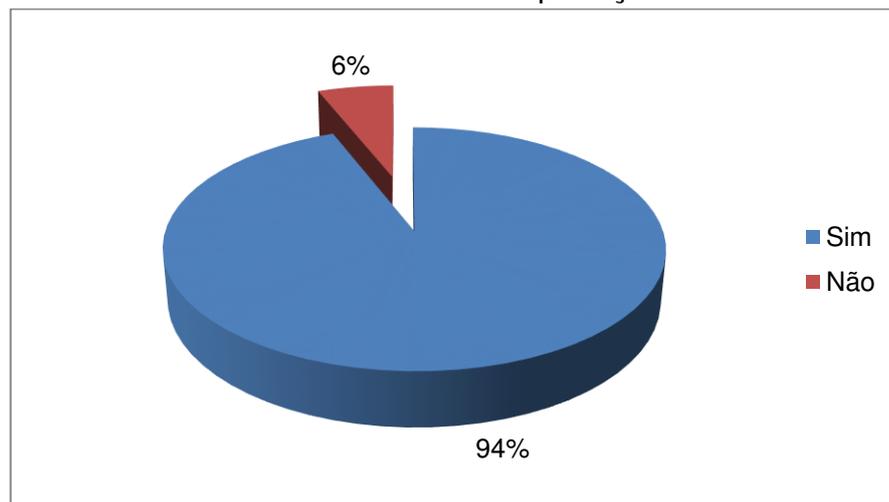
Fonte: O autor, 2020

Conforme o gráfico 19, dos 65% não realizou nenhum curso de sobrevivência policial. Isso dar-se pelo tempo considerável sem atirar e estão pouco familiarizados com essa prática, sendo que, estão treinando pouco e que a maioria também espera pela instituição para fazer esse treinamento.

A necessidade de realização de cursos e treinamentos complementares presenciais e à distância, abordando no primeiro momento uma reflexão sobre os riscos de estar armado durante a folga e em trajes civis, explanar acerca do estado de prontidão e uso da força nesta situação e diferenças técnicas e táticas quando se está fardado e em trajes civis.

No momento prático, explicar e treinar técnicas de saque de armas, técnicas de desembarque dissimulado, identificação de abrigos, posições de porte de arma, ressaltando aquelas que não são aconselhadas (aquelas que a arma não está junto ao corpo), principalmente no interior de carros, estabelecimentos comerciais e na rua; saber identificar as janelas de oportunidades; realizar treinamento simulado

Gráfico 20 – Adota medidas de autoproteção no seu dia a dia



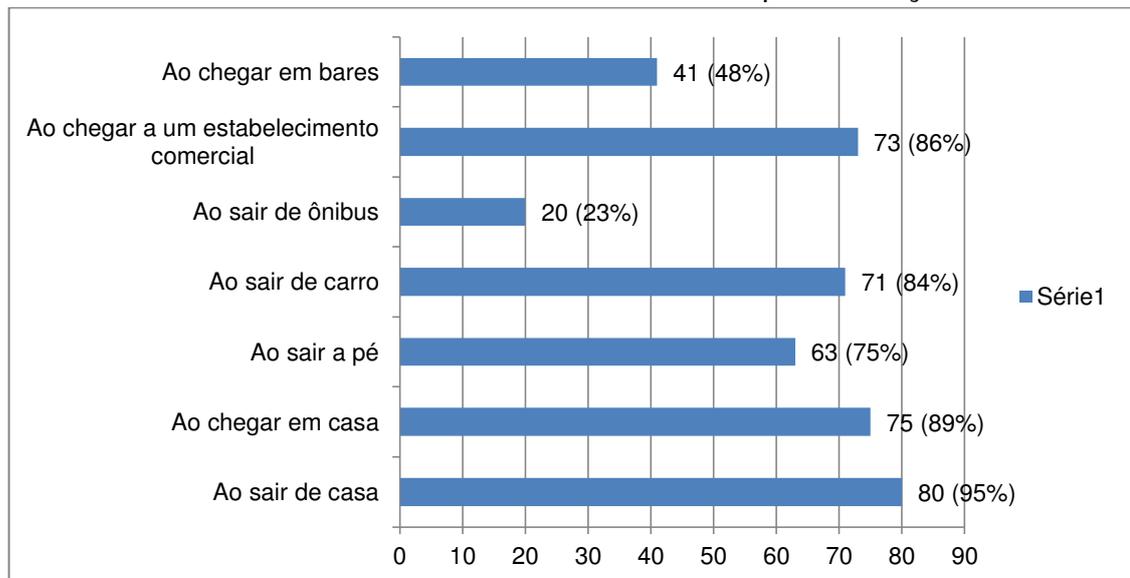
Fonte: O autor, 2020

De acordo com o gráfico 20, dos pesquisados 94% adotam medidas de autoproteção no seu dia a dia. Mostra que a maioria utiliza mesmo aqueles que não fizeram o curso, então eles usam técnicas e procedimentos que aprenderam com sua experiência

Portanto, o policial militar deve estar consciente de que sua decisão de agir precisa se fundamentar, ainda, na segurança de terceiros, já que a repressão a

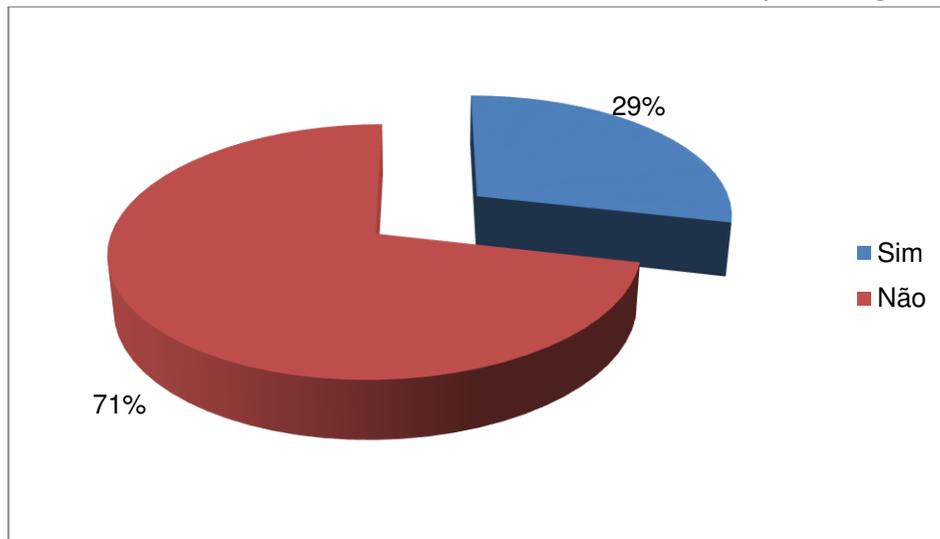
um delito, nesses casos, não pode comprometer a vida de pessoas que no momento dos fatos não tem como se proteger. Para os fins citados e para a autoproteção, o porte e o uso de arma de fogo por policiais militares são permitidos por lei, mesmo fora do serviço e à paisana. Contudo, a conduta para atuação do policial militar, além de ser balizada pelos princípios básicos do uso da força e da arma de fogo, deve atentar para alguns detalhes específicos da atuação em situações em que estiver de folga e à paisana, tais como o local e a maneira de portar sua arma, a forma e o momento de sacá-la (MINAS GERAIS, 2014, p. 47).

Gráfico 21 – Se sim, baseado em seus conhecimentos de sobrevivência policial, você costuma tomar essas medidas em quais situações



Fonte: O autor, 2020

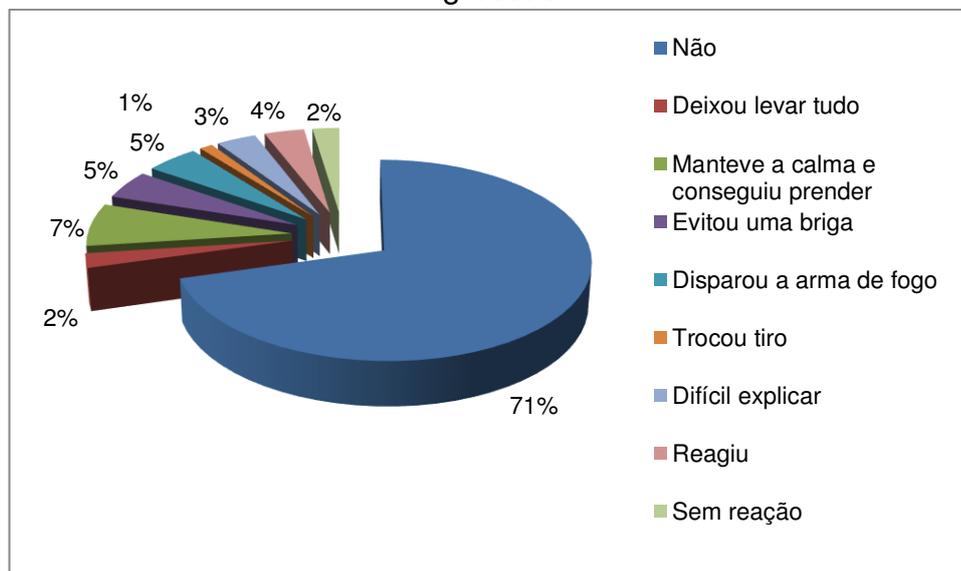
O gráfico 21, mostra que baseado nos conhecimentos de sobrevivência policial, os pesquisados costumam tomar medidas em 80% ao saírem de casa, 75% ao chegarem em casa, seguido de 73% ao chegarem a um estabelecimento comercial. Observa-se que, sobrevivência policial tem a ver com manter-se vivo, e enfrentar as dificuldades impostas por um cenário tão caótico em que se encontra as polícias de nossa nação.

Gráfico 22 – Já sofreu tentativas de assalto ou outro tipo de agressão

Fonte: O autor, 2020

O Gráfico 22 expõe que 29% dos policiais militares que responderam ao questionário já sofreram tentativas de assalto ou outro tipo de agressão.

Esse é um número relativamente alto ao se tratar de um público (policial militar) que em tese é preparado tecnicamente e emocionalmente para lidar preventivamente com esse tipo de crime durante o serviço operacional. Há, portanto, necessidade de incentivar o uso de medidas de autoproteção que sejam suficientes ao policial militar para evitar ou minimizar a chance de ser vítima de roubo durante o período de folga e em trajas civis.

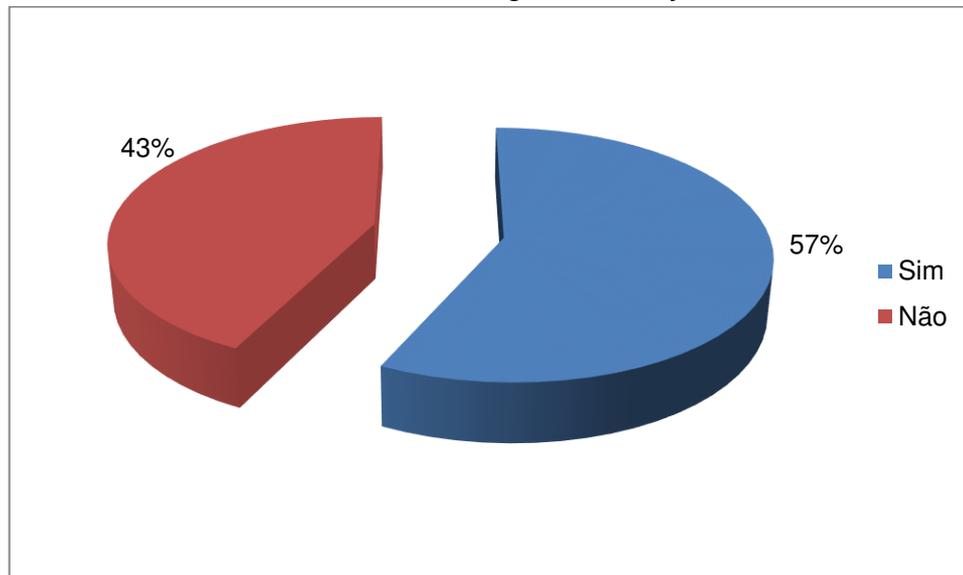
Gráfico 23 – Se sim, baseado na resposta anterior, como reagiu ao assalto ou agressão

Fonte: O autor, 2020

De acordo com o gráfico 23, 71% não reagiram ao assalto ou agressão, seguida por 7% que mantiveram a calma e conseguiram prender o assaltante. A maioria não reagiu, provavelmente porque não se sentiu preparado o suficiente para combater, pois provavelmente não tinha o conhecimento e a técnica necessária.

O ato de reagir ao medo é estudado no método de treinamento e no cotidiano com os colegas. Um policial entorpecido pelo medo tem boas chances de ser discriminado entre os colegas. Entre os pares, ficar nervoso, estressado, eufórico, são emoções plausíveis, mas a paralisia na maioria das vezes é irredimível no meio policial (SANDES, 2013).

Gráfico 24 – Se sente preparado tecnicamente para enfrentar uma ameaça de roubo durante sua folga e em trajes civis



Fonte: O autor, 2020

Conforme o gráfico 24 mostra que 57% dos pesquisados se sentem preparados tecnicamente para enfrentarem uma ameaça de roubo durante sua folga e em trajes civis.

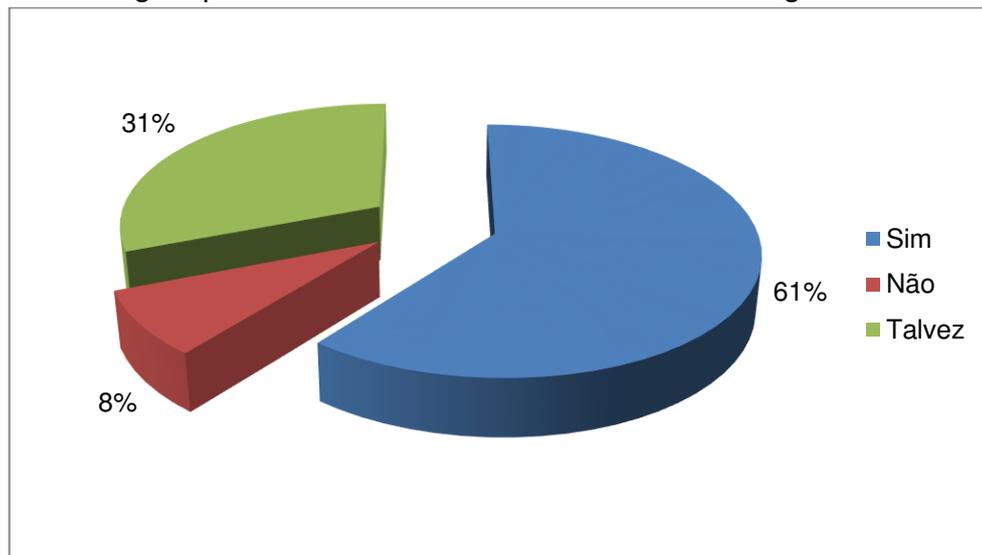
Constatou-se ainda que a maior relação, em número absoluto, entre os militares que já foram vítimas de roubo e aquelas que não o foram, ocorre entre 16 e 20 anos de serviço. Além disso, a maior parte dos policiais já planejou o que fazer e já orientaram sua família para se antecipar à ação do agressor.

Zanchetta (2011) quando diz que muitos policiais acreditam, erroneamente, estiver tão preparado para enfrentar situações durante o serviço quanto na folga. Ou seja, apesar da maioria não ter tido nenhum tipo de treinamento

de como deve agir durante a folga e em trajes civis, se sentem preparados para enfrentar uma ameaça de roubo.

O número de policiais mortos em confronto durante a folga e em trajes civis pode ser diminuído se houver alguma disciplina, curso ou treinamento sobre o tema 'medidas de autoproteção'. O índice de aceitação e convicção a respeito deste assunto na PMMG é bem alto, o que torna o momento favorável para incluí-lo nas grades curriculares dos cursos de formação da instituição.

Gráfico 25 – Diante das suas experiências vividas foi possível verificar se algumas das estratégias preventivas auxiliaram no sucesso de alguma ocorrência

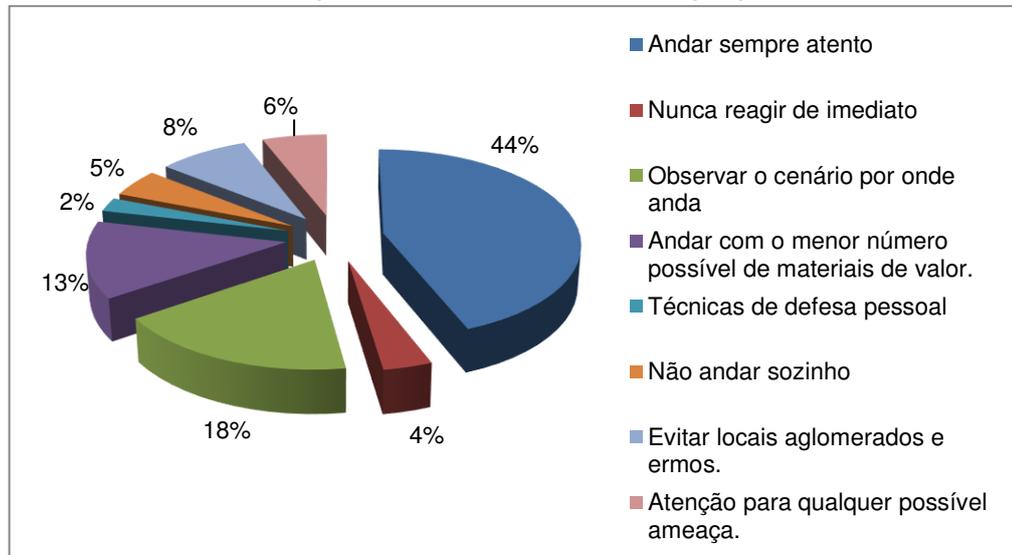


Fonte: O autor, 2020

De acordo com o gráfico 25, quanto a suas experiências vividas 61% dos entrevistados afirmam que foi possível verificar se algumas das estratégias preventivas auxiliaram no sucesso de alguma ocorrência.

Para Rolim (2006) a prevenção situacional emprega estratégia de prevenção voltada para ações dirigidas à redução das oportunidades da prática de crimes e violências na sociedade. Nesse viés, Carvalho (2011) assevera que é possível antecipar vulnerabilidades para a vitimização, assim como identificar medidas de redução de vulnerabilidade em um local e até prevenir grupos de risco e alvos potenciais do crime, avaliando suas atividades rotineiras, estilo de vida e ambiente em que estão inseridos.

Gráfico 26 – Medidas consideradas adequadas, estando armado ou desarmado, para se prevenir (ou diminuir a probabilidade) de se tornar vítima de um crime de roubo enquanto: estiver andando a pé pela rua



Fonte: O autor, 2020

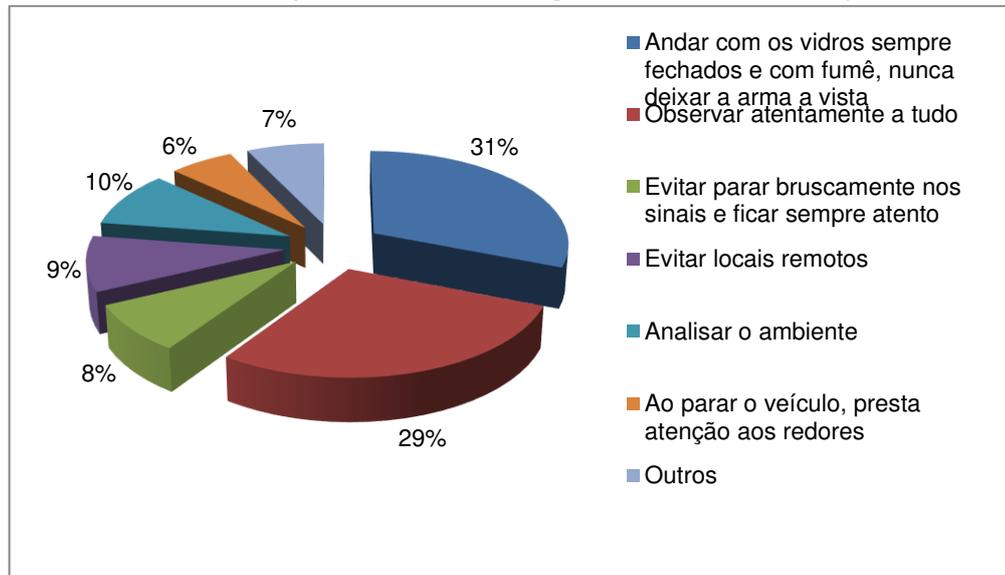
Segundo o gráfico 26, 44% dos entrevistados afirmaram que devem andar sempre atento, seguido de 18% observam o cenário por onde andam.

Segundo o guia de treinamento policial 9º biênio (2018),

Os criminosos preferem alvos fáceis e atrativos. Então acredite: sua forma de caminhar, postura, velocidade e coordenação influenciam subconscientemente na escolha de ser ou não uma vítima. Ande firme, sabendo onde quer ir, confiante e atento às pessoas e lugares (MINAS GERAIS, 2018, p. 234).

A postura corporal mais ereta ou mais curva, a velocidade lenta ou rápida, o caminhar firme ou descontraído com que o policial se desloca na rua, influencia sobremaneira na escolha da vítima pelo criminoso.

Gráfico 27 – Quais medidas consideram adequadas, estando armado ou desarmado, para se Prevenir (ou diminuir a probabilidade) de se tornar vítima de um crime de roubo enquanto: estiver dirigindo o seu veículo (carro ou moto)



Fonte: O autor, 2020

Conforme o gráfico 27, quanto às medidas, 31% afirmam que andar com os vidros sempre fechados e com fumê, nunca deixar a arma à vista, seguido de 29% observar atentamente a tudo

Nuseg (2009) recomenda manter o carro à direita da via ou na faixa central quando o sinal estiver vermelho, evitando a calçada, pois geralmente os ladrões atacam pelo lado esquerdo. Além de reduzir a velocidade, à noite, a fim de passar pelo semáforo quando já estiver verde.

De acordo com o que foi observado na pesquisa com os 84 policiais foram muito enfáticos ao responder a questão sobre as medidas consideradas adequadas, estando armado ou desarmado, para se prevenir (ou diminuir a probabilidade) de se tornar vítima de um crime de roubo enquanto estavam no interior de um estabelecimento (restaurante, casa lotérica, posto de combustível, correio, etc)

- Sempre se posicionar em um local onde tenha a visão de quem entra no estabelecimento, e sempre procurar ficar em um local que facilite uma possível reação;

- Atentar para o estabelecimento em que se encontra, caso achar alguma suspeita de perigo, sair de lá e procurar outro local;

- Conseguir visualizar sempre a entrada do estabelecimento, ficar perto de um local que possa se abrigar em um possível confronto;

Nunca sentar com as costas voltadas para a rua, buscar observar pontos de abrigo cobertura além de verificar as entradas e saídas buscando sempre imaginar alternativas em situações de risco;

Antes de entrar no estabelecimento verificar o entorno, se tem pessoas entrando e saindo (pois se só tem pessoas entrando há algo de errado), verificar se há algo de estranho antes de entrar. Nunca de sentar de costas e sempre verificar uma rota de fuga se houver algum sinistro;

Sempre parar o veículo, e observar ainda do interior do veículo se possível, algo de estranho no estacionamento e dentro do interior da loja, e ao entrar, com um campo de visão mais privilegiado, observar alguma situação alheia a normal;

Evitar horários com altos índices de assaltos, observar o interior do local antes de adentrar;

Evitar sentar próximo a entrada, sentar próximo ao caixa, ficar de costa para a entrada do estabelecimento, fazer pagamentos em estabelecimentos como lotéricas e bancos e se possível utilizar aplicativos para efetuar o pagamento;

Ficar sempre atento as pessoas estranhas no interior, na entrada e saída, e tentar perceber atitudes estranhas. Reagir somente quando possível para não ameaçar a vida inocentes;

Evitar reagir de imediato, achar o momento certo, observar quantos são;

Escolher horários bem movimentados;

Sentar com barreira à retaguarda (paredes), próximo a saída alternativa, distante do caixa, etc.;

Ao chegar no estabelecimento, tentar observar se lá estar tudo normal antes de adentrá-lo, ficar num local que consiga ter uma visão ampla do lugar que adentrou, evitar ficar de costas para entrada do estabelecimento, sempre imaginar que ali já possa estar um criminoso se passando por cliente;

No posto de combustível, descer do veículo enquanto abastece e ficar atento, evitar locais com aglomerações;

Ficar sempre observando a entrada do estabelecimento, e os clientes, pois entre estes pode ter algum ladrão esperando uma oportunidade de agir, e ter em mente que pode ser mais de indivíduo. Na medida do possível, ficar próximo de algo que possa proteger em caso de confronto, (ficar coberto);

Olhar todo o ambiente antes de adentrar no estabelecimento e manter a atenção;

Ficar sempre atento e de frente para as principais entradas do estabelecimento, procurar ao entrar, um local que possa vir a servir de coberta e abrigo em caso de ocorrência e estar treinado para agir;

Ciclo OODA, sistema de cores para alerta, armamento velado, se posicionar onde haja maior visibilidade, visualizar uso do ambiente e ações em possível ocorrência como cobertas, abrigos, fuga e etc.;

Sentar nas mesas do fundo do estabelecimento, de preferência de costa pra parede e frente para a entrada. Caso esteja com outro policial e não seja possível sentar de costas pra parede, sentar um de frente para o outro. Em

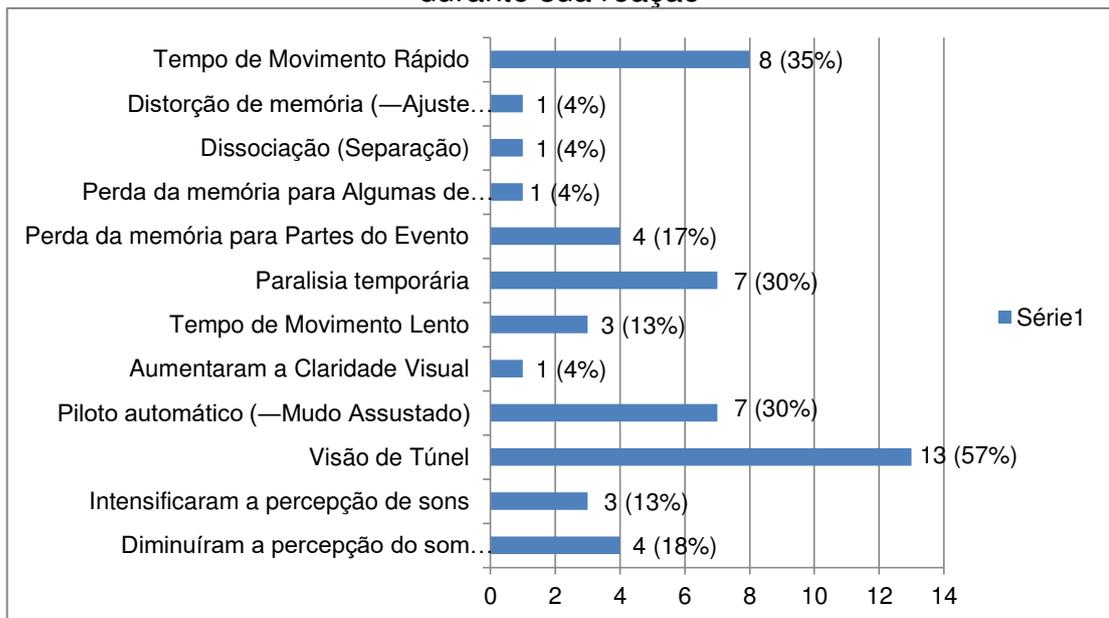
filas observar pessoas que entra, e pessoas dentro do estabelecimento que possam estar armadas, manter se possível uma pequena distância principalmente entre a pessoa que está atrás de você;

Sempre observar discretamente os que estão ao seu redor. Atenção a tudo. Passar despercebido, mantendo sempre atenção;

Sempre alerta e deixar as pessoas que me acompanham cientes que estou armado;

Fazer seleção dos locais a frequentar, observar sempre com atenção as demais pessoas que estava ou circulam no local, etc.

Gráfico 28 – Se já tiver passado por algum tipo de situação como assalto, ou qualquer outra situação semelhante, o que você sentiu no momento do ocorrido e durante sua reação



Fonte: O autor, 2020

Segundo o gráfico 28, os 57% dos policiais responderam que, foi a visão de túnel, seguido de 35% afirmam que foi o tempo de movimento rápido, o que sentiram no momento do ocorrido e durante sua reação.

Nesse viés, o Guia de Treinamento do 9º Biênio (2018) elenca várias medidas de autoproteção que, de acordo com a situação, e em conformidade com Beato (2004), contribuem para a prevenção ou ao menos mitigação dos riscos para o policial militar durante sua folga.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sobrevivência é de suma importância na rotina policial, pois através dela o agente conseguirá manter sua integridade física e conseqüentemente a de terceiros, e todo esse processo de treinamento mais conhecimento, ou seja, um acúmulo de fatores, conhecimento mais habilidades, faz com que o policial esteja sempre em estado de alerta, pois, ele sempre vai estar mais atento e automaticamente, através da memória muscular, se preparando para possíveis adversidades, o que diminuirá a possibilidade do agente ser surpreendido aumentando a sua probabilidade de sobrevivência.

O mais preocupante, contudo, é constatar que o objetivo é fazer com que o policial consiga decidir de maneira rápida e eficiente em momentos críticos, como um assalto, para que através da aplicação do seu treinamento ele possa obter sucesso em seu resultado.

É preciso ressaltar que deve haver sempre interesse do policial para correr atrás de conhecimento, pois, de nada adianta ter todo material, mas não ter a vontade e a cede de conhecimento, infelizmente muitas corporações ainda enfrentam este problema, mas que graças a proatividade de profissionais dedicados a difundir tal conhecimento, todos podem saber o que fazer para estar mais preparado para situações adversas, basta apenas querer.

Todos os objetivos propostos foram alcançados. Concluindo, pode-se inferir que os policiais, sobretudo os operacionais civis e militares, vivenciam um conflito entre o enfrentamento ambicionado pela instituição que destaca os atributos e as marcas da masculinidade e os sentimentos de medo da morte, justificados pelas circunstâncias de risco reais e fantasiosas a que estão reprimidos.

É indispensável que se comover com as incoerentes taxas de morte dos policiais, lembrando que não existe fatalidade nessa desmedida perda de vidas que tanto compromete as famílias e a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Adeir Boida de. **Balística Forense**. Salvador: Academia da Polícia Militar, 2008.
- ARTWOHL, Alexis. **Perceptual and Memory Distortion During Officer-Involved Shootings**. FBI Law Enforcement Bulletin. October, 2002.
- ARTWOHL, Alexis; CHRISTENSEN, Loren W. **Deadlyforce: encounters**. Boulder: Paladin Press, 1997.
- ASSUNÇÃO, Márcio Antônio Macedo. A evolução da educação na Polícia Militar de Minas Gerais. **FGR em revista**. Publicação da Fundação Guimarães Rosa, Belo Horizonte, ano 2, p. 35-39, nº 3, junho de 2008.
- ASSUNÇÃO, Márcio Antônio Macedo. A evolução da educação na Polícia Militar de Minas Gerais. **FGR em revista**. Publicação da Fundação Guimarães Rosa, Belo Horizonte, ano 2, p. 35-39, nº 3, junho de 2008.
- BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: uma análise comparativa internacional**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2016.
- BEATO FILHO, C. C.; PEIXOTO, B.T.; ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade e vitimização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p.73-90, 2004.
- BETINI, Eduardo Maia. **Lanterna Tática: Atividade policial em situações de baixa luminosidade**. Niterói: Impetus, 2011.
- BLASTLAND, M.; SPIEGELHALTER, D. **Viver é perigoso: o que as estatísticas dizem e as pessoas pensam sobre os riscos do dia a dia**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- BRASIL. **Constituição**, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. 1ª ed. São Paulo: Atlas S. A. 1989.
- BUENO, S. **Trabalho sujo ou missão de vida? Persistência, reprodução e legitimidade da letalidade na ação da PMESP**. Tese de doutorado em Administração Pública e Governo. FGV, São Paulo, 2018.
- BUENO, S; HANASHIRO, O. Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre profissionais do Sistema de Segurança Pública. São Paulo, **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**, 2015.
- BURROWS, C. Critical decision making by police fire arms officers: a review of officer perception, response, and action. **Advance Access Publication**, p.273-283, 2007.
- CANO, I. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

CARVALHO, Marco A. de Souza. **Portasfechadas**: prevenção situacional como alternativa estratégica de gestão urbana e controle de crimes. Goiânia, 2011. 20 p. Disponível em: <http://pm.se.gov.br/institucional/artigos-e-monografias/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos**: fundamentos básicos. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COHEN, L.; FELSON, M. Changeand Crime Rate Trends: A RoutineActivity Approach. **American Sociological Review**. v. 44, p.588-68, 1981.

COLZANI, L. D. **Sobreviva guardião**: técnicas para a autopreservação. São Paulo: All Print, 2016.

CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vividos por policiais civis: estudo comparativo em dois municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Convención Internacional de Salud Pública**. 2012.

CONSTANTINO, P.; RIBEIRO, A.P.; CORREIA, B.S.C. Percepção do risco entre policiais civis de diferentes territórios do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2013, vol.18, n.3, p. 645-655.

COSTA, A. T. M. **Entre a lei e a ordem**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

DAL MAGRO, A.B.; KRAEMER, A.C. Interação entre projétil de arma de fogo e superfícies de vidro. **Rev. Bras. Crimin.** 6(2), 7-17, 2017

DATAFOLHA. **Datafolha aponta que 51% dos brasileiros têm medo da polícia e 47% confiam nos policiais**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/11/datafolha-aponta-que-51percent-dos-brasileirostem-medo-da-policia-e-47percent-confiam-nos-policiais.ghtml>. 11 abr. 2020.

DROR, I.E. Perception of risk and the decision to use force. **Advance Acces Publication**, p.265-272, 2007.

DUARTE, Erika Natalie Pereira Miralha. **O Risco Não Cessa Quando o Turno Termina**: Um Estudo Sobre a Morte de Policiais Militares Fora do Serviço. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública**. Edição XII, São Paulo, 2018.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. Tradução Marcello Rollemberg. 9. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade, n. 9).

GROSSMAN, Dave. **OnCombat: The Psychology and Physiology of Deadly Conflict in War and in Peace**. USA: Warrior Science Publications, 2004.

HUDSON, J. "Institutional Trust and Subjective Well-Being across the EU". **Kyklos**, v. 59, p. 43-62, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro, 2018.

JODELET, Denise. La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, Sergej (org.). **Psicologia Social**. Barcelona: Paidós, 1985. p. 469-474.

LA MENDOLA, S. O sentido do risco. **Revista de Sociologia da USP**, v.17, n. 2, p. 59-91, 2005.

LEDOUX, J. E. **O cérebro emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LEE, Bruce. **O Tao do JeetKune Do**. São Paulo: Conrad, 2003.

LIMA, João Cavalim de. **Atividade policial e o confronto armado**. 6 ed. Curitiba: Juruá, 2011.

MELLO, C.M.A.; NUMMER, F.V. Policial Militar: uma profissão de risco. **Anais**. 29ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Natal/RN. 2014.

MELLO, Cesar Maurício de Abreu. **O Uso Legal da Força pela Polícia Brasileira Contemporânea. 2008**. TCC. Curso de Especialização em Segurança Pública. Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, UFPA, 2008.

MINAS GERAIS. **Polícia Militar. Comando-Geral**. Diretriz Geral para Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Comando Geral, 3ª Seção do Estado-Maior da PMMG, 2016. 137p.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. **Guia de Treinamento Policial Básico: biênio 2018/2019**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2018.

MINAS GERAIS. **Polícia Militar. Manual Técnico Profissional n. 3.04.01: intervenção policial, processo de comunicação e uso progressivo de força**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar, 2013.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. **Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial civil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R.; CONSTANTINO, P. **Missão prevenir e proteger:** condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R.; CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. 2007, vol.23, n.11, p. 2767-2779.

NUSEG - NÚCLEO DE SEGURANÇA/BANCO DO BRASIL. **Segurança pessoal em áreas de alto risco:** regras para não se tornar uma vítima da violência urbana. Belo Horizonte, NUSEG, 2009. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/6579111/Seguranca-Pessoal-EmAreas-de-Alto-Risco>. Acesso em: 10 mai. 2020.

OLIVEIRA, H.W.S. de. **Autodefesa contra o crime e a violência:** um guia para civis e policiais. São Paulo: Baraúna, 2013.

OLIVEIRA, Humberto Wendling Simões de. **Sobrevivência policial:** morrer não faz parte do plano. Umberlândia: Printed in Brasil, 2018.

OLIVEIRA, K.L.; SANTOS, L.M. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**. Porto Alegre: UFRGS. 2010, v.12, n.25, p. 224-250.

OLIVEIRA, Humberto W. S. **Onde eu escondo isso ?!**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://fenapef.org.br/38129/>. Acesso em: 9 mai. 2020.

PERSSON, Eduardo Moreno. **Benefícios da Prática de Artes Marciais para o Policial Militar**. 2017 TCC. Graduação em Segurança Pública. Florianópolis: PMSC / UNIVALI, 2017.

PINTO, Jorge Alberto Alvorcem; VALÉRIO, Sander Moreira. **Defesa Pessoal:** Para Policiais e Profissionais de Segurança. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

PONTES E RAMIRES, **Compreende três critérios para o uso da força**. 2009.22 p. disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=>. Acesso em: 13 mai. 2020.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência a meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **São Paulo em Perspectiva**, ano 4, n. 8, p. 152-171, jul/dez 2002.

REINER, Reiner. **A política da polícia**. Tradução: Jacy Cardia Ghirotti. São Paulo: Edusp, 2004.

ROLIM, Marcos. **Guia para a prevenção do crime e da violência**. 11 de maio de 2006. Disponível em: <https://fenapef.org.br/38129/>. Acesso em: 08 mai. 2020.

ROSÁRIO, Anselmo Pedrosa do. **Análise das mortes violentas intencionais de policiais militares em minas gerais no período de 2012 a 2016**. Monografia

apresentada ao Curso de Especialização em Segurança Pública da Academia de Polícia. Belo Horizonte, 2017.

SANDES, W.S. **Dimensões da ação policial em uma troca de tiros:** Um estudo psicossociológico da decisão pelo uso da força letal. Campinas – SP, 2013

SANTOS, Joanir Ricardo Pereira dos. **Judô como Técnica de Defesa Pessoal Policial.** 2008. TCC. Graduação em Segurança Pública. Florianópolis: PMSC / UNIVALI, 2008.

SCHABBACH, Letícia Maria. **Tendências e preditores da criminalidade violenta no Rio Grande do Sul.** 2007. 333f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Ocorrências Criminais – Sinesp.** 2019. Disponível em: <http://dados.mj.gov.br/dataset/sistema-nacional-de-estatisticas-de-seguranca-publica>. Acesso em: 10 abr. 2020

SILVA, Geélison F.; BEATO, Cláudio. Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual. **Opin. Publica**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 118-153, June 2013.

SILVA, Marcelo Augusto. **A Evolução da Técnica de Tiro Tático em Área Urbana.** Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole:** o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPODE, C.B.; MERLO, Á.R.C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia, reflexão e crítica.** Porto Alegre. 2006, vol.19, n.3, p. 362-370.

TRINDADE, Arthur; PORTO, Maria Stela Grossi. **Controlando a atividade policial:** uma análise comparada dos códigos de conduta no Brasil e Canadá. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 342-381, Aug. 2011.

VASCONCELOS, Cleidson José Rocha. **Armas de fogo & Autoproteção.** Porto Alegre: Alcance, 2015.

VELHO, J.A.; COSTA, K.A.; DAMASCENO, C.T.M. **Locais de Crime:** dos vestígios à dinâmica criminosa. 2ª Tiragem, Campinas: Millennium. 2013.

ZANCHETTA, M. **O estudo do erro na vitimização do policial militar.** 107 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública). Centro de Altos Estudos de Segurança da Polícia Militar do Estado de São Paulo, 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário aplicado aos policiais militares em geral, para traçar um perfil pessoal, técnico e profissional, a fim de subsidiar uma pesquisa monográfica sobre sobrevivência policial.

1) Sexo:

- Masculino
 Feminino

2) Faixa de idade:

- Até 25 anos
 26 a 30 anos
 31 a 35 anos
 36 a 40 anos
 Mais de 40 anos

3) A quanto tempo você está na instituição?

- 1 a 5 anos
 6 a 10 anos
 11 a 15 anos
 16 a 20 anos
 Mais de 20 anos

4) Antes de ser policial, você teve algum contato com armas de fogo?

- Sim
 Não

Em quais unidades você já trabalhou? (EX: 13º BPM, DAL, BOPE, CTA)

5) Se desloca armado durante sua folga em trajes civis?

- Sim
 Não

Se desloca armado durante sua folga em trajes civis quando está com sua família?

- sim
 não

6) Em qual local porta sua arma quando está andando a pé (durante a folga e em traje civis)?

- Na frente da cintura
 Atrás da cintura
 Na lateral da cintura
 Bolsa/pochete
 Não permaneço armado quando estou andando a pé na minha folga

() Outros

7) Em qual local porta sua arma quando está dirigindo o seu carro (durante a folga e em trajes civis)?

() Na frente da cintura

() Atrás da cintura

() Na lateral da cintura

() Bolsa/pochete

() Não permaneço armado quando estou andando a pé na minha folga

() Debaixo da perna/ entre as pernas

() Outros

8) Utiliza coldre quando está portando sua arma (durante a folga e em trajes civis)?

() SIM

() Não

9) Você costuma treinar com seu armamento regularmente?

() Sim

() Não

10) Com base na resposta anterior, qual a última vez que você praticou algum treinamento com sua arma de fogo?

() A menos de 1 mês

() De 1 A 3 meses

() De 3 A 6 meses

() De 6 meses

() A mais de 1 ano

Com base na resposta anterior, esse treinamento foi através da instituição ou foi por meios próprios?

() Instituição

() Meios próprios

11) Você costuma treinar com seu armamento em casa? (treino a seco, sem disparos)

() Sim

() Não

12) Qual a ultima vez que você realizou um disparo de arma de fogo?

() Menos de 1 mês

() De 1 a 3 meses

() De 3 a 6 meses

() De 6 meses a mais de 1 ano

13) Você já realizou algum curso de sobrevivência policial?

() Sim

() Não

14) Você adota medidas de autoproteção no seu dia a dia?

() Sim

() Não

Se sim, baseado em seus conhecimentos de sobrevivência policial, você costuma tomar essas medidas em quais situações?(marque quantas for necessário)

() Ao sair de casa

() Ao chegar em casa

() Ao sair a pé

() Ao sair de carro

() Ao sair de ônibus

() Ao chegar em um estabelecimento comercial

() Ao chegar em bares

15) Você já sofreu tentativas de assalto ou outro tipo de agressão? *

() Sim

() Não

Se sim, baseado na resposta anterior, como você reagiu ao assalto ou agressão?

16) Se sente preparado tecnicamente para enfrentar uma ameaça de roubo durante sua folga e em trajés civis?

() Sim

() Não

17) Diante das suas experiências vividas, foi possível verificar se alguma das estratégias preventivas auxiliaram no sucesso de alguma ocorrência?

() Sim

() Não

() Talvez

18) Quais medidas considera adequadas, estando armado ou desarmado, para se prevenir (ou diminuir a probabilidade) de se tornar vítima de um crime de roubo enquanto: estiver andando a pé pela rua?

19) Quais medidas considera adequadas, estando armado ou desarmado, para se prevenir (ou diminuir a probabilidade) de se tornar vítima de um crime de roubo enquanto: estiver dirigindo o seu veículo (carro ou moto)?

20) Quais medidas considera adequadas, estando armado ou desarmado, para se prevenir (ou diminuir a probabilidade) de se tornar vítima de um crime de roubo enquanto: estiver no interior de um estabelecimento (restaurante, casa lotérica, posto de combustível, correio, etc)?

21) Se você já tiver passado por algum tipo de situação como assalto, ou qualquer outra situação semelhante, responda: o que você sentiu no momento do ocorrido e durante sua reação? (marque quantas forem necessárias)

- () Diminuíram a percepção do som (exclusão auditiva)
- () Intensificaram a percepção de sons
- () Visão de Túnel
- () Piloto automático (—Mudo Assustado)
- () Aumentaram a Clareza Visual
- () Tempo de Movimento Lento
- () Paralisia temporária
- () Perda da memória para Partes do Evento
- () Perda da memória para Algumas de Suas Ações (Perseveração)
- () Dissociação (Separação)
- () Pensamentos Distraídos intrusivos
- () Distorção de memória (—Ajuste Perceptivo?)
- () Tempo de Movimento Rápido